

RELATÓRIO ANUAL

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários

2015



Foto: Eduardo Dornelas



Foto: Eduardo Dornelas

Mesa da Câmara dos Deputados

55a Legislatura - 1a Sessão Legislativa

Presidente
Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente
Giacobo

1º Secretário
Beto Mansur

2º Secretário
Felipe Bornier

3ª Secretária
Mara Gabrilli

4º Secretário
Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Mandetta

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3º Suplente
Luiza Erundina

4º Suplente
Ricardo Izar

Diretor-Geral
Romulo de Sousa Mesquita

Secretário-Geral da Mesa
Sívio Avelino da Silva

Sumário

Equipe Técnica 7

Desafio e trabalho 10

Membros da Comissão 14

Março 19

Abril 23

Maio 27

Junho 31

Julho 35

Agosto 39

Setembro 43

Outubro 47

Novembro 51

Dezembro 55

Proposições apreciadas pela CAPADR 58

Reuniões realizadas pelas CAPADR 61

Ranking mundial e produção e exportação 62

Matérias apreciadas 63

Matérias rejeitadas 86

Matérias prejudicadas 93

Matérias aguardando emenda 96

Requerimentos 103

Aprovados mas não implementados 122

Expediente 132

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria Legislativa

Diretor: Afrísio Vieira de Lima Filho

Departamento de Comissões

Diretora: Rejane Salete Marques

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Secretário-Executivo

MOIZES LOBO DA CUNHA

1º Substituto - Chefe do Serviço de Comissão

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

2ª Substituta - Chefe da Sessão de Gestão de Proposição

MARIA CECÍLIA NUNES GONÇALVES

Sessão de Gestão de Proposição

DIÉZICA VARGAS

Tramitação de Proposições

ROSÂNGELA RODRIGUES DE CARVALHO

Serviço de Comissão

TERESINHA PASSOS SILVA

Sessão de Gestão de Proposição

AMAURY LEMES DA SILVA

Adjunto de Secretário de Comissão

MÁRCIO MARQUES DE PAULA

Secretária do Presidente

DJENANE VALE DE PAULA

Assessores Técnicos

ANDRE LUIZ DE JESUS

ELIAS DIAS COIMBRA

JULIANA FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO ANTONIO RAMOS LULA

Estagiárias

AMANDA BERNARDES CERQUEIRA SANTOS PAES

NAYARA SILVA DE OLIVEIRA

Pró-adolescentes

ALESSANDRA NUNES FERREIRA

TAIANE FERREIRA SOUTO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6403 / 3216-6402

E-mail: capadr.decom@camara.leg.br

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>



*Agenda positiva e defesa do
agronegócio brasileiro*

É com grande satisfação que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) apresenta seu Relatório Anual referente ao ano de 2015.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural destacou-se com uma pauta de debates e decisões acerca de uma complexidade de matérias fundamentais para a vida do

cidadão. Apesar da complexidade de muitos temas e das peculiaridades do processo legislativo, logramos viabilizar uma agenda positiva, fruto, principalmente, do exercício do diálogo e da construção de consensos. A Comissão debateu durante toda Sessão Legislativa de 2015 questões de relevo para a agricultura e pecuária.

Na atual legislatura, coube mais uma vez a um integrante da bancada ruralista assumir a Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Desse posto, que honra e dignifica minha história parlamentar, posso assegurar que muitos passos foram dados pelos deputados desta Comissão para que os avanços conquistados a muito custo pelos produtores rurais não retrocedessem e muitos até prosperassem.

Temos nos preocupado não apenas com os assuntos agropecuários, mas com o próprio aperfeiçoamento do Estado e da democracia brasileira, a serviço da cidadania e da dignidade da população, trabalhando incansavelmente para incentivar a produção com vistas à erradicação da fome no Brasil e no mundo.

Em 2015, a economia brasileira passou por um período de grandes desafios. A taxa de desemprego está aumentando, o país apresentando

crescimento negativo com redução da atividade industrial e com aceleração da inflação. Neste contexto, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promoveu importantes debates no intuito de encontrar soluções para os entraves ao crescimento econômico, principalmente em nossa área temática, a agropecuária, o principal motor de nossa hoje combatida economia.

Assim, no decorrer de todo o ano, deliberamos propostas legislativas que tiveram impacto direto sobre milhões de brasileiros. As iniciativas deram visibilidade não só a este colegiado, mas também ao Poder Legislativo como um todo, em um ano marcado pelo reavivamento do papel da política como cerne da formação do Estado brasileiro e da consciência cívica de seus cidadãos.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, imersa também nesse momento único de

nossa trajetória democrática, não se furtou a dar sua contribuição, exercendo com zelo sua missão constitucional e institucional. Além de reuniões deliberativas ordinárias, realizamos com esse propósito audiências públicas, encontros, mesas redondas e seminários.

Destaco, inicialmente, as audiências públicas, essenciais para orientar a posição do parlamentar nas variadas matérias. No total, a Comissão realizou 76 eventos, sendo 48 audiências públicas, 4 reuniões com ministros, 12 encontros, 6 seminários, 2 mesas-redondas e 4 reuniões de sub-comissão, sempre com seus trabalhos abertos ao público, demonstrando o compromisso desse colegiado com a transparência e a participação popular.

Os ministros e autoridades governamentais que aqui estiveram foram respeitados, mas também intensamente cobrados e lembrados das inúmeras contradições que ainda existem nas políticas públicas e no trato das questões do campo que dificultam a sobrevivência

de produtores rurais e suas famílias e ainda emperram a produção e a comercialização.

Os deputados federais integrantes da Comissão tiveram, por seu lado, a oportunidade de conhecer, dos ministros e demais autoridades governamentais, a visão de governo, de modo a poder compreender mais sistematicamente a dinâmica empreendida pelas autoridades, que demonstraram preocupação e atenção igualmente às questões, como às denúncias a eles transmitidas pelos parlamentares.

Evidentemente, o principal trabalho da Comissão é o legislativo, voltado para a apreciação de projetos de lei e outras proposições de interesse do setor produtivo. Na Sessão Legislativa de 2015, a Comissão funcionou a pleno vapor. O número de projetos apreciados foi bastante significativo em comparação com o mesmo período de outras sessões legislativas anteriores. A Comissão deparou-se com 226 proposições em 2015, das quais 178 com a tramitação concluída

ou em vias de conclusão. 162 foram votadas, sendo 115 aprovadas, 46 rejeitadas e 1 prejudicada. Outras 16 estão prontas para discussão e votação e aguardam apenas o início da próxima Sessão Legislativa. Das 46 proposições ainda em trâmite, 22 aguardam posicionamento dos relatores e seis estão em fase de recebimento de emendas aos pareceres ou substitutivos destes. Das que chegaram na última semana, apenas duas ainda não contam com relatores designados.

Durante o mês de julho, a Comissão se debruçou sobre as emendas que apresentaria ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Isso foi feito por um processo extremamente democrático que contou com a participação de todos os membros da Comissão, que destinou uma emenda para assistência técnica e extensão rural, uma emenda para fomento

ao setor agropecuário, orientada para o desenvolvimento agropecuário da região do MATOPIBA bem como para o apoio das Organizações Estaduais e Pesquisas Agrícolas – OEPAS, e uma emenda destinada à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

Tudo isso foi possível graças à colaboração incansável da equipe de servidores da Comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A esses e a todos os demais que contribuem para o exercício da atividade parlamentar deixamos o nosso agradecimento.

Deputado Federal Irajá Abreu
Presidente da CAPADR

Mesa Diretora:



Irajá Abreu PSD/TO
Presidente



Heuler Cruvinel PSD/GO
1º Vice-presidente



Nilson Leitão PSDB/MT
3º Vice-presidente

Titulares:



Abel Mesquita Jr - PMB/RR



Adilton Sachetti - PSB/MT



Afonso Hamm - PP/RS



André Abdon PRB - AP



Assis do Couto - PMB/PR



Beto Faro - PT/PA



Bohn Gass - PT/RS



Carlos H. Gaguim - PMB/TO



Celso Maldaner - PMDB/SC



César Halum - PRB/TO



César Messias - PSB/AC



Dilceu Sperafico - PP/PR



Elcione Barbalho - PMDB/PA



Evair de Melo - PV/ES



Evandro Roman PSD/PR



**Francisco Chapadinha -
PSD/PA**



Heitor Schuch - PSB/RS



Hélio Leite - DEM/PA



Jerônimo Goergen - PP/RS



João Daniel - PT/SE

 Jony Marcos - PRB/SE	 Josué Bengtson - PTB/PA	 Kaio Maniçoba - PHS/PE	 Luís Carlos Heinze - PP/RS	 Luiz Cláudio - PR/RO
 Luiz Nishimori - PR/PR	 Marcon - PT/RS	 Nelson Meurer - PP/PR	 Newton Cardoso Jr - PMDB/MG	 Odelmo Leão - PP/MG
 Onyx Lorenzoni - DEM/RS	 Pedro Chaves - PMDB/GO	 Raimundo Gomes de Matos - xx/xx	 Ricardo Teobaldo - PMB/PE	 Roberto Balestra - PP/GO
 Rogério Peninha - PMDB/SC	 Ronaldo Lessa - PDT/AL	 Sérgio Moraes - PTB/RS	 Silas Brasileiro - PMDB/MG	 Tereza Cristina - PSB/MS
 Valdir Colatto - PMDB/SC	 Valmir Assunção - PT/BA	 Zé Carlos - PT/PA	 Zé Silva - SD/MG	 Zeca do PT - PT/MS

Membros Suplentes:

Aelton Freitas - PR/MG
Afonso Motta - PDT/RS
Alberto Filho - PMDB/MA
Alberto Fraga - DEM/DF
Alceu Moreira - PMDB/RS
Alexandre Baldy - PSDB/GO
Alexandre Serfiotis - PSD/RJ
Alfredo Kaefer - PSDB/PR
Átila Lins - PSD/AM
Beto Rosado - PP/RN
Carlos Bezerra - PMDB/MT
Carlos Melles - DEM/MG
Daniel Vilela - PMDB/GO
Diego Andrade - PSD/MG
Domingos Sávio - PSDB/MG

Dr. Sinval Malheiros - PMB/SP -
Fábio Ramalho - PMB/MG
Givaldo Carimbão - PROS/AL
Hissa Abrahão - PPS/AM
João Carlos Bacelar - PR/BA
João Rodrigues - PSD/SC
Jorge Boeira - PP/SC
José Nunes - PSD/BA
Lázaro Botelho - PP/TO
Luciano Ducci - PSB/PR
Lucio Mosquini - PMDB/RO
Marcelo Aro - PHS/MG
Márcio Marinho - PRB/BA
Marcos Montes - PSD/MG
Marinaldo Rosendo - PSB/PE
Mário Heringer - PDT/MG

Miguel Lombardi - PR/SP
Nelson Marquezelli - PTB/SP
Nilton Capixaba - PTB/RO
Pepe Vargas - PT/RS
Prof. Victório Galli - PSC/MT
Remídio Monai - PR/RR
Rocha - PSDB/AC
Ronaldo Benedet - PMDB/SC
Sérgio Souza - PMDB/PR
Subtenente Gonzaga - PDT/MG
Vander Loubet - PT/MS
Vicentinho Júnior - PSB/TO
Vinicius Gurgel - PR/AP
Wellington Roberto - PR/PB
Wilson Filho - PTB/PB



Imagem: FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

MARÇO



Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Irajá Abreu é escolhido presidente da Comissão de Agricultura

4 de março - O deputado Irajá Abreu (PSD-TO) foi escolhido como presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para a sessão legislativa de 2015, finalizada em março de 2016.

O novo presidente assinalou que uma de suas prioridades era conferir maior agilidade ao processo legislativo dentro do colegiado, que analisava mais de 100 projetos à época do discurso. O deputado tinha como metas discutir temas polêmicos, como a aquisição de terras

por estrangeiros e a demarcação de terras indígenas. Abreu tem 32 anos, é empresário, produtor rural e está em seu segundo mandato.



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Audiência conjunta discute delimitação de terras indígenas

24 de março - A Comissão de Agricultura promoveu audiência pública para debater sobre a PEC 215/00, que tira da Funai e passa para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

O presidente da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, esteve presente no encontro, que foi proposto pelo deputado Alceu Moreira (PMDB/RS). Moreira defendia a aprovação da proposta de emenda à Constituição, enquanto Flávio Chiarelli criticava a PEC.

A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça em 2014, sob protestos de índios e entidades ambientalistas. Depois, passou a ser estudada por uma Comissão especial da Câmara.



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Ministra da Agricultura: “recursos para o Plano Safra de 2015/2016 estão garantidos”

25 de março - A ministra Kátia Abreu defendeu a lei agrícola com duração de quatro ou cinco anos. Os recursos para o custeio do Plano Safra de 2015/2016 foram garantidos e sem cortes em relação a 2014.

A ministra anunciou ainda que iria ser criada uma agência de desenvolvimento para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, intitulada Matopiba.

O foco era o desenvolvimento da classe média rural. “Quem aqui participa da produção conhece isso, os produtores saem do sul do país, se transferem para o centro-oeste, desenvolvem enormemente uma região, mas os nativos ficam boiando em um satélite em volta, normalmente em uma grande pobreza local. Os produtores são culpados? Não, óbvio que não. Falta estratégia e planejamento para que isso possa ser superado. Então o Matopiba vai cuidar de infraestrutura, sob todos os aspectos”, esclareceu a ministra.

“O Matopiba vai cuidar de infraestrutura, sob todos os aspectos”

Kátia Abreu, ministra da Agricultura



Imagem: Mundo das Tribos

ABRIL



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Dia Nacional de Preservação do Solo

14 de abril – O Dia Nacional de Conservação do Solo foi tema da audiência pública conjunta realizada pelas Comissões de Agricultura e Meio Ambiente.

O debate foi sugerido pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), autor do Projeto de Lei 1301/07, que estabelece regras para o uso e conservação do solo e da água no meio rural e incentivo para conscientização e fiscalização de áreas ambientais.

Na ocasião, o representante do Ministério do Meio Ambiente, secretário Paulo Guilherme, comentou que a ausência de políticas públicas que favoreçam a implementação do Código Florestal, a falta de uso racional do solo para garantir a presença de biodiversidade e uma melhor orientação de ocupação são agravantes

que interferem negativamente na melhoria do solo brasileiro.

Maior garantia de mercado para produtores de laranja

15 de abril – Aprovada proposta que obriga as indústrias processadoras de laranja in natura financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a comprarem de produtores rurais pelo menos 40% da matéria-prima utilizada no processamento.

O objetivo do PL 3541/12 é reverter a tendência de verticalização de certos segmentos agroindustriais, que visam ao autossuprimento dos produtos agrícolas de que necessitam.

O relator, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), concordou que o poder de mercado exercido pelas indústrias processadoras de

laranja tem se intensificado com a estratégia de verticalização adotada nos últimos anos.

“Como consequência, os preços pagos ao produtor rural têm diminuído, comprometendo a viabilidade econômica da fruticultura e ameaçando excluir grande número de agricultores da cadeia produtiva da laranja”, disse Domingos Sávio.

Aprovado pagamento do seguro-desemprego ao pescador industrial durante o defeso

15 de abril – A proposta, de relatoria do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), autoriza o pagamento do seguro-desemprego ao pescador profissional da pesca industrial durante o defeso, paralisação temporária da atividade imposta pelo governo federal com o objetivo de proteger as espécies no período de reprodução. À época, o benefício era pago apenas aos profissionais da pesca artesanal.

Para ter direito ao seguro, o pescador deve comprovar vínculo empregatício na temporada da pesca imediatamente anterior ao período do defeso.

O texto original é o Projeto de Lei 6971/13, mas o relator optou por um substitutivo, por entender que a matéria melhor se adequa à Lei 10.779/03.



Foto: Albino Oliveira/MDA



Foto: Divulgação/MPA

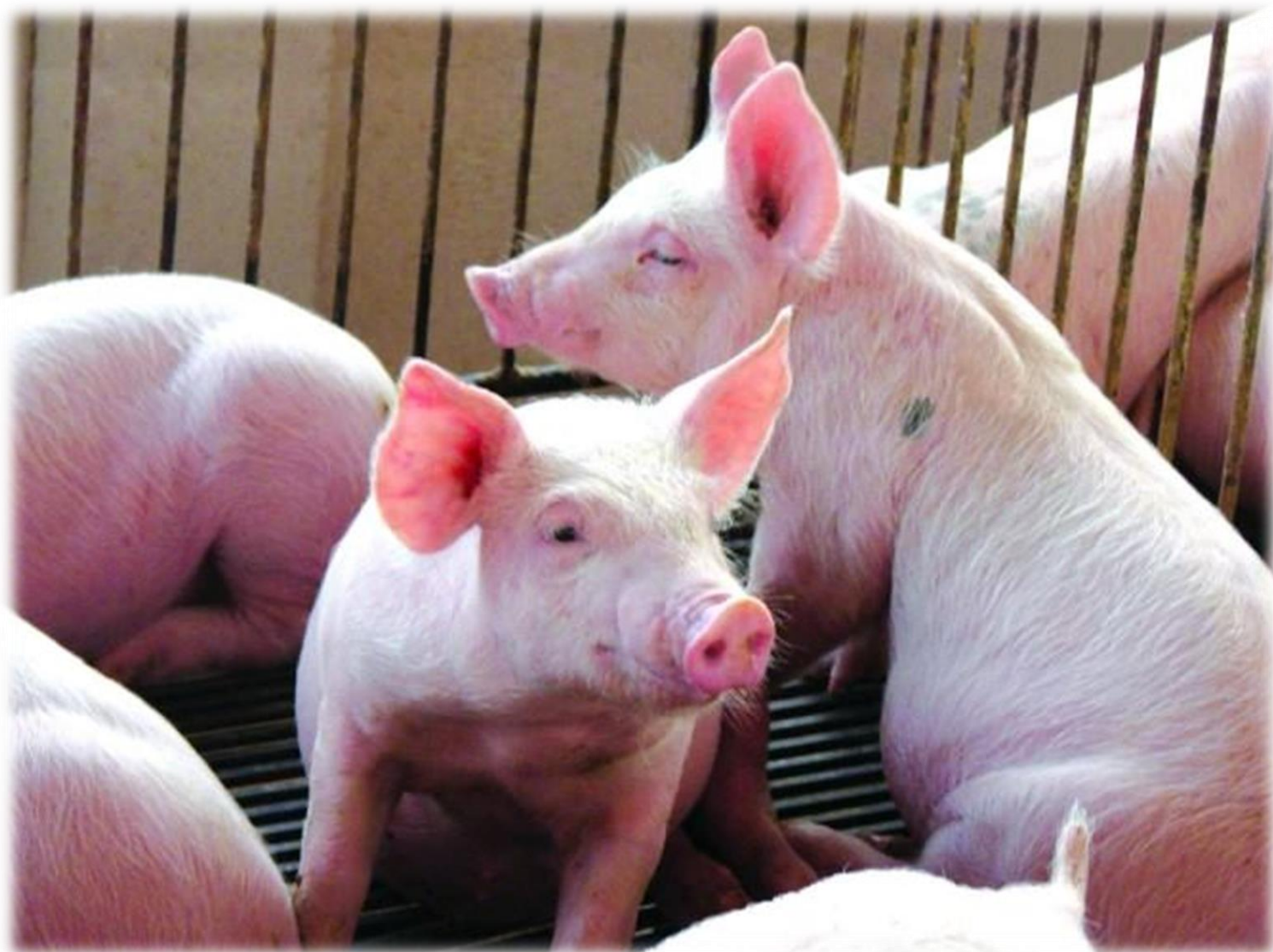


Imagem: IEPEC- Instituto de Estudos Pecuário

MAIO



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Regras para indenização de ocupantes de terras indígenas

11 de maio – Aprovado PL de relatoria do presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Irajá Abreu (PSD-TO). O Projeto de Lei 5919/13 cria regras para a indenização de benfeitorias a agricultores ocupantes de terras indígenas demarcadas.

O texto, que garante a prévia indenização em dinheiro das benfeitorias existentes nas áreas de ocupação, considera benfeitorias as moradias, as construções como galpões e armazéns, os investimentos produtivos e as plantações permanentes e temporárias.

A emenda apresentada por Abreu estabelece que a terra objeto de invasão não poderá ser demarcada como área indígena, nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência. Além disso, a emenda diz que deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem descumpra essa vedação.

O texto aprovado também previa que os processos de demarcação de terras indígenas em curso fossem suspensos até o transcurso desse prazo de dois anos, contados da data de desocupação da área.

O presidente da Comissão afirmou que a proposta poderá ser uma solução para os conflitos decorrentes de invasões de terras por índios. De acordo com Abreu, as invasões de propriedades rurais por índios, com apoio de

organizações não governamentais, estariam sendo utilizadas como estratégia para desencadear os estudos de identificação de terras indígenas e para acelerar a conclusão de processos demarcatórios em curso.



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Comissão aprova projeto que amplia o Garantia-Safra para todo o País

13 de maio - O Programa Garantia-safra atendia apenas agricultores familiares da região Nordeste do País, do norte de Minas Gerais, do Vale do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha e do norte do Espírito Santo, que correspondem à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no semiárido.

Ao analisar o projeto de lei principal do Senado (PL 5018/13), que estende o Garantia-Safra para o Centro-Oeste e outros dois projetos

da Câmara (PLs 739/11 e 5846/13) que privilegiam a região Norte, o relator, deputado Beto Faro (PT-PA), decidiu ampliar o alcance do Programa para todo o país.



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Rodeio como atividade da cultura popular

13 de maio – O PL 213/15, que regulamenta o rodeio crioulo como atividade da cultura popular foi aprovado pela Comissão sob relatoria do deputado Heitor Schuch (PSB-RS).

De acordo com a proposta, rodeio crioulo é definido como o evento que envolve animais em atividades de montaria, prova de laço, vaquejada, provas de rédeas e outras provas típicas.

Pelo texto, a entidade promotora do rodeio deve oferecer infraestrutura que garanta integridade física dos animais.

Ministro do Desenvolvimento Agrário debate sobre agricultura familiar e demarcação de terras quilombolas

20 de maio – Realizada audiência pública, na Comissão de Agricultura, com as presenças do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e da presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, para discutir sobre a situação da agricultura familiar e da demarcação de terras quilombolas, que, desde 2003, é feita pelo Incra.

A reunião ocorreu em decorrência de um estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), publicado em 2014, que estima que a agricultura familiar ocupe cerca de 70 a 80% das terras agrícolas e produza mais do que 80% dos alimentos no mundo. Mas, apesar da importância dessas estruturas, diversos agricultores familiares vivem em situação de pobreza e de insegurança alimentar, segundo a FAO.

Na ocasião, deputados questionaram aos participantes sobre a situação dos produtores assentados há mais de 20 anos e não tendo a titularidade da terra.

O deputado João Rodrigues (PSD- SC) sugeriu um levantamento desses assentados para serem feitas as titulações. A presidente do Incra concordou.

Já o ministro do Desenvolvimento Agrário disse que trabalha para a consolidação da agricultura familiar e para a ampliação do número de proprietários rurais no Brasil.



Imagem: EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

JUNHO



Foto: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Frente parlamentar trabalha pelo desenvolvimento da fronteira Matopiba

2 de junho - Em reunião proposta pelo deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO) e com a presença da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, foi criada a Frente Parlamentar do Matopiba, que contou com a assinatura de 218 parlamentares.

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Irajá Abreu (PSD-TO), ressaltou a importância da frente e declarou apoio às propostas divulgadas por Kátia Abreu. “É uma frente que começa forte, em um projeto muito audacioso do governo federal”, comentou.

Para ampliar o desenvolvimento local, a ministra informou que centros especializados serão implementados, com cursos em instituições superiores e escolas técnicas em parceria como a Embrapa.

Matopiba é uma região que reúne áreas produtivas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A fronteira agrícola compreende 73 milhões de hectares, distribuídos em 31 microrregiões e 337 municípios, onde vivem 5,9 milhões de pessoas.

Audiência com o ministro da pesca estuda estratégias para o setor

17 de junho - A Comissão de Agricultura realizou audiência pública e teve como convidado o Ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, para debater as novas estratégias do governo federal nos setores da pesca e aquicultura.

O ministro listou metas para melhoria nos setores como aprimoramento do registro geral de pescadores; implementação de um canal de comunicação gratuito via telefone para que pescadores possam tirar dúvidas e marcar agendamento; e investimento em tecnologia de estocagem.

Barbalho ressaltou que a produção aquícola pode aumentar em 20% nos próximos 5 anos. “Nós podemos crescer ainda mais, pois somos a maior oferta de água doce do planeta”, acrescentou.

Na ocasião, o ministro foi informado que a Comissão havia aprovado o PLº 1151/2015, que concede os mesmos benefícios fiscais à ração do setor pesqueiro aos já outorgados

bovinocultores e avicultores. “Esta é uma boa notícia. A ração para os peixes representa 70% da produção”, disse Helder Barbalho.



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Prioridade para compra de grão de trigo produzido no Brasil

24 de junho - Aprovado o PL 1370/15, do deputado Luiz Nishimori (PR-PR), que altera a lei que regulamenta a comercialização e industrialização de trigo no país (8.096/90) para priorizar, em compras governamentais, o grão produzido no Brasil.

De acordo com o autor, a histórica dependência brasileira de importação de trigo para o abastecimento interno tem inúmeras causas, entre elas a completa exposição dos produtores brasileiros à concorrência desleal.

O relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), ponderou que, mesmo sendo uma das maiores potências agrícolas do mundo, o Brasil ainda importa 60% do trigo que consome. Matos ressaltou que a falta de incentivo para produção é um dos fatores que agravam esse cenário.

Aprovado seguro-desemprego para pequeno agricultor que sofrer com enchentes

27 de junho - O PL 88/15 concede seguro-desemprego de um salário mínimo mensal ao agricultor familiar ou extrativista que tenha suas terras inundadas por enchentes sazonais.

O Projeto de relatoria do deputado Jony Marcos (PRB/SE), esclarece que, para ser beneficiário, o agricultor deve ter se dedicado às atividades rurais em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre duas inundações, e não pode ter outra fonte de renda. Pela proposta, o seguro-desemprego é pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

“Nós podemos crescer ainda mais, pois somos a maior oferta de água doce do planeta”

Helder Barbalho, ministro da Pesca



JULHO



Foto: Nilson Bastian/ Câmara dos Deputados



Foto: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados



Foto: Nilson Bastian/ Câmara dos Deputados

Isenção de PIS e Cofins para produtos de agricultura familiar

02 de julho - Aprovado texto do relator Marcon (PT-RS), que isenta agricultores de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o PIS/Pasep, para a venda de produtos de agricultura familiar ou produtos de áreas quilombolas.

A proposta é um substitutivo dos Projetos de Lei 789/11, do ex-deputado Eudes Xavier, e 3461/12, do deputado Padre João (PT-MG).

O deputado Marcon decidiu acatar o PL 3461/12, que isenta os agricultores de PIS/Cofins, com ajustes no texto.

O relatório previa isenção das contribuições sobre as vendas de produtos alimentícios que

tenham o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) ou o Selo Quilombolas do Brasil. O objetivo é baratear o produto e aumentar as vendas.

Mudanças em programa de regularização fundiária na Amazônia

8 de julho - O Projeto de Lei 6516/13, de relatoria do deputado Francisco Chapadinha (PSD-PA), fez uma série de alterações no Terra Legal (programa de regularização fundiária de terras públicas da Amazônia Legal), visando desburocratizar procedimentos.

Coordenado e implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa tem como objetivo a regularização fundiária de áreas de ocupação legítima de terras da União

que possam até 15 módulos fiscais e 1.500 hectares.

O Terra Legal, lançado em 2009, beneficia até 300 mil posseiros dentro das glebas federais e emite títulos de terra em até 60 dias, com a regularização fundiária de toda a região em três anos. No entanto, deputados destacaram que as metas não foram alcançadas.

Entre as mudanças propostas na lei estavam:

- fixar prazo de 180 dias para a titulação da posse dos imóveis cadastrados no programa, contados do cadastramento, sob pena de imediata titulação;

- fixar prazo de 60 dias, contados da efetivação do cadastro, para a realização de vistoria nos imóveis de até quatro módulos fiscais; e
- determinar o cruzamento de dados de todos os órgãos participantes do programa, seja da esfera federal, estadual ou municipal, com o intuito de simplificar todas as fases, especialmente da etapa de georreferenciamento.

Aprovado perdão de dívidas com amparo do Banco da Terra ou do Pronaf

15 de julho - A Comissão de Agricultura aprovou proposta que permite o perdão de dívidas acumuladas por agricultores que contrataram financiamento com amparo do Banco da Terra ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O perdão de dívidas também vale para aqueles que tiveram perda de safra.

A proposta original, PL 309/15, do deputado Kaio Manicoba (PHS-PE), citava apenas os anos de 2009, 2010 e 2011, mas o relator substituto, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), defendeu que ainda há agricultores com dívidas de anos anteriores que precisam do benefício.

O amparo restringe-se a municípios onde houve perda de safra e decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidas pelo governo federal, desde que não haja cobertura por seguro ou pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou Proagro Mais.

Além do perdão das parcelas vencidas, o texto autorizou a extinção do saldo devedor de multas e encargos delas decorrentes.

Agricultura debate propostas que mudam a Lei de Proteção de Cultivares

16 de julho - O Projeto de Lei 827/15, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), o PL 2325/07 e seus apensados, que alteram a Lei de Proteção de Cultivares (9.456/97), foram tema de debate em audiência pública da Comissão.

A proposta de Sperafico torna obrigatória a autorização pelos obtentores de cultivares (variedades de plantas cultivadas) para a comercialização do produto obtido na colheita, a fim de ampliar as possibilidades de controle e fiscalização sobre o uso de sementes melhoradas. Isso garante a devida remuneração ao obtentor (pessoa ou empresa que cria e desenvolve uma cultivar) ou seu licenciado.



Imagem: EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária

AGOSTO



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Aprovado incentivo na conta de energia para saneamento rural

10 de agosto - Aprovado pela Comissão de Agricultura o Projeto de Lei 892/15, de relatoria do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que cria uma nova classe de consumidores de energia elétrica, denominada Classe Rural por Autogestão, para reduzir as contas de luz de associações que promovem saneamento residencial em áreas rurais.

Heinze avaliou que as comunidades rurais no Brasil enfrentam problemas históricos de acesso a serviços públicos. “Em alguns setores, como energia elétrica, programas de universalização conduzidos pelo governo federal apresentam bons resultados. Entretanto, para o abastecimento de água, o serviço prestado ainda é muito precário, especialmente nas regiões rurais”, esclareceu o deputado.

Isenção de contribuições para máquinas destinadas à agricultura familiar

12 de agosto - A proposta que isenta da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na compra de máquinas agrícolas destinadas à agricultura familiar, cooperativas e associações rurais foi aprovada pela Comissão de Agricultura.

Pelo texto, a isenção deveria ser reconhecida pela Receita Federal, a partir de verificação prévia de que o beneficiário preencheria os requisitos mencionados.

A medida estava prevista no Projeto de Lei 1266/15, do deputado Luiz Cláudio (PR-RO), que recebeu parecer favorável do relator, deputado Alberto Filho (PMDB-MA).

O relator destacou o papel da agricultura familiar na geração de emprego e renda no país. Dados do Censo Agropecuário de 2006, citados por Alberto Filho, indicavam que há mais de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, empregando cerca de 12,3 milhões de trabalhadores ou 74,4% da mão de obra do campo.

“Apesar da relevância do setor, a agricultura familiar não dispõe das condições necessárias para competir com o agronegócio empresarial” observou o deputado.

Daí a necessidade, segundo Alberto Filho, do tratamento tributário diferenciado aos agricultores familiares, cooperativas e associações rurais.



Foto: Somar Meteorologia

Comissão discute vínculo entre agrotóxicos e doenças graves

17 de agosto - Realizada audiência pública no Mato Grosso do Sul para discutir o vínculo entre os agrotóxicos e doenças graves.

Um terço dos alimentos consumidos no dia a dia pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas nos 26 estados em 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. Os dados foram trazidos pelo pesquisador da Fiocruz, Luiz Claudio Meirelles, que participou do debate.

Durante o encontro, o deputado Zeca do PT (PT-MS) falou sobre sua proposta para enfraquecer o uso de herbicidas ilegais. "A ideia

é apresentar um projeto de lei para a Câmara Federal, através da bancada do PT e do núcleo agrário, que determine que a propriedade em que for encontrado produto agrotóxico contrabandeado, portanto, com componentes que sejam proibidos no Brasil, seja passível de ser desapropriada para efeitos de reforma agrária", disse o deputado.

Para ser comercializado no Brasil, o agrotóxico deve passar pela análise da Anvisa, vinculada ao Ministério da Saúde, e dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Aprovado projeto que dá segurança jurídica a depósito urbano de agrotóxico

19 de agosto - Aprovado o PL 1805/15 que permite aos estabelecimentos revendedores ou distribuidores de agrotóxicos instalarem seus depósitos em uma cidade em conformidade com a lei municipal.

O objetivo da proposta, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), é evitar atos do governo federal que pudessem prejudicar a livre concorrência e a livre iniciativa.

De acordo com o projeto, a localização dos depósitos de agrotóxicos tem licença ambiental, mas sua instalação se dará em conformidade com o plano diretor do município e com as demais leis municipais de parcelamento do solo, independentemente da distância de residências, em zonas rurais, urbanas mistas, comerciais ou industriais.



SETEMBRO



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados



Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados



Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Agricultura aprova cota para mulheres em empresas de exploração florestal

01 de setembro - A Comissão de Agricultura aprovou a instituição de cota para mulheres em empresas que exploram concessões florestais. De acordo com o Projeto de Lei 1397/15, do deputado Angelim (PT-AC), essas empresas terão de manter no mínimo 5% de mulheres no quadro de empregados. O descumprimento pode levar ao cancelamento do contrato de concessão.

O relator, deputado Abel Mesquita Jr. (PDT-RR), disse que a proposta está em consonância com a Lei de Gestão das Florestas Públicas (11.284/06), cujo objetivo é possibilitar o aumento da renda e a melhoria da qualidade de

vida das populações locais, compatibilizando a preservação do meio ambiente e a exploração sustentável das florestas.

Autorizada auditoria em processo de reforma agrária do Incra

01 de setembro - A Proposta de Fiscalização e Controle 28/15, do deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO) e de relatoria do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), tinha como objetivo fiscalizar o processo de assentamentos dos agricultores pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A intenção era verificar se há condições

mínimas nos assentamentos de instalação das obras de infraestrutura básica, que proporcionem os meios necessários para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

O autor da Proposta argumentava que, no Mato Grosso do Sul, os agricultores assentados na Fazenda Eldorado, localizada em Sidrolândia, esperavam há mais de dez anos para ter acesso à água.

Já o relator, Valdir Colatto, sugeriu que o Tribunal de Contas da União (TCU) fizesse auditoria nos convênios, acordos e contratos firmados pelo Incra nos processos de distribuição e regularização das áreas destinadas aos agricultores na Fazenda Eldorado.

Comissão recebe ministro da Justiça para discutir conflitos indígenas

09 de setembro - Em audiência pública proposta pela deputada Tereza Cristina (PSB-MS), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que o excesso de processos judiciais atrasa a solução dos conflitos indígenas. Cardozo disse ainda que, para a pacificação dos conflitos, todos os atores envolvidos têm que ceder.

“A minha proposta é retomar o diálogo para discutir indenizações, o redesenho da área demarcada ou qualquer outra solução que

busque a pacificação. Estamos levantando cinco áreas da região para resolver os problemas”, informou o ministro.

A deputada Tereza Cristina cobrou de Cardozo uma política nacional para solucionar os conflitos indígenas e afirmou que o Ministério Público e a Fundação Nacional do Índio (Funai) não estavam contribuindo para a paz nas regiões.

Criação de farmácias veterinárias populares

23 de setembro - O projeto que cria farmácias veterinárias populares no Brasil para vender medicamentos a preços subsidiados (PL 4148/12) foi aprovado pela Comissão de Agricultura.

De autoria do deputado César Halum (PRB-TO) e do ex-deputado Junji Abe (SP), a proposta recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Assis do Couto (PT-PR). Assis do Couto afirmou que a iniciativa assemelha-se ao Programa Farmácia Popular do Brasil, administrado pelo Ministério da Saúde, que distribui gratuitamente alguns remédios e reduz o custo de outros em até 90%.

O barateamento do PL abrange medicamentos destinados ao tratamento, à prevenção de doenças e à manutenção da higiene de animais.



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários

OUTUBRO



Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados



Foto: Antonio Araújo/ Câmara dos Deputados



Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados

Irajá Abreu negocia abertura do mercado marroquino a exportações brasileiras

07 de outubro - O Presidente da Comissão de Agricultura, deputado Irajá Abreu (PSD/TO), esteve no Reino do Marrocos, país do noroeste da África, para participar de reuniões com representantes do governo e do parlamento marroquinos. Na ocasião, o deputado intermediou junto às autoridades o envio, por meio do Ministério da Agricultura, de uma comitiva de empresários brasileiros para estreitar relações comerciais entre os países.

De acordo com o presidente da Comissão, o Brasil quer equilibrar a balança comercial com o Marrocos. “Nós já exportamos de maneira muito tímida milho, açúcar e um pouco de soja, mas

não é nada representativo”, disse Abreu.

O deputado ressaltou que o país pretende exportar carne para o Marrocos. “Nessa primeira viagem que fizemos, pudemos debater com o governo marroquino a abertura do mercado para a exportação de carne brasileira”. Atualmente, o Marrocos compra carne principalmente da Argentina.

No quesito importação, o Brasil é o terceiro maior cliente marroquino, ficando atrás apenas do Egito e da Argélia. O país compra fosfato, que é utilizado para a fertilização do solo brasileiro. Do total de fosfato utilizado pelo Brasil, 54%, vem do Marrocos.

O grupo de deputados que foi ao Marrocos recebeu o convite dos parlamentares daquele

país e planeja fazer visitas diplomáticas a outras nações do mundo árabe.

Proibido o corte de mangabeiras em todo o território nacional

13 de outubro - Aprovado o Projeto de Lei 1066/15, do deputado João Daniel (PT-SE), que proíbe o corte e derrubada da mangabeira (*Hancornia Speciosa Gomes*), em todo o território nacional.

Pelo texto, o corte da mangabeira só poderá ser efetuado por órgãos especializados da Administração Pública (estadual, municipal ou federal), por motivo de “irremovível necessidade”, de interesse público, previamente justificado junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Ainda de acordo com o texto aprovado, será obrigatório o plantio de uma percentagem de mangabeiras na implantação de projetos de reflorestamento em regiões onde a espécie é nativa e onde o seu fruto é utilizado como meio de subsistência e como alimentação.

A fiscalização das medidas ficou a cargo do Ministério do Meio Ambiente. O projeto prevê multa no valor de R\$ 1,5 mil por mangabeira cortada ou derrubada, dobrando-se o valor em caso de reincidência.

Debate sobre exercício profissional de zootecnistas

22 de outubro - Realizada audiência pública para debater o PL 1016/15, que define as atribuições do profissional de zootecnia. O debate foi requerido pelo deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

O projeto, de autoria da deputada Júlia Marinho (PSC-PA), proíbe agrônomos e veterinários de exercerem a profissão de zootecnista. A proposta revoga artigo da lei que regulamenta a atividade (PL 5.550/68) para impedir que futuros agrônomos e veterinários possam exercer a profissão. Quem já é formado em alguma dessas duas áreas, até o projeto se tornar lei, poderá continuar atuando como zootecnista.

Na ocasião, estudantes, professores e profissionais das áreas acompanharam o debate. A estudante de zootecnia da faculdade Upis- DF, Stefany Ovidio, argumentou que o PL 1016 corrige um erro do passado. “Outros profissionais não podem ser possibilitados de trabalharem como zootecnistas sem terem passado pela cadeira de universidade”, afirmou.

“Nessa primeira viagem, pudemos debater com o Marrocos abertura do mercado para carne brasileira”

Irajá Abreu, presidente da CAPADR



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários

NOVEMBRO

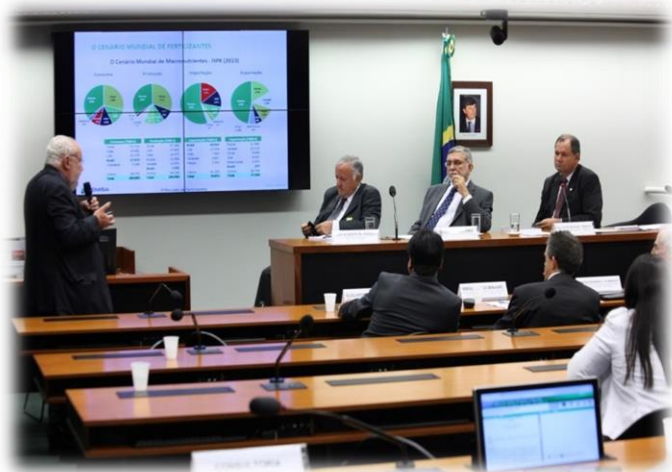


Foto: Antonio Araújo/ Câmara dos Deputados



Foto: Gustavo Lima/ Câmara dos Deputados



Foto: Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Recompensa por preservação ambiental é aprovada na Comissão

09 de novembro - Aprovado o Projeto de Lei 312/15, de relatoria do deputado Evair de Melo (PV-ES), que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A intenção do Projeto é recompensar financeiramente o produtor rural que preservar ou desenvolver iniciativas de preservação ou recuperação ambiental em sua propriedade.

O texto aprovado é um substitutivo do relator. "Nós temos a certeza que o pagamento por serviços ambientais é um avanço importante. Todo aquele proprietário rural que tem em sua propriedade uma floresta ou uma nascente poderá, quem sabe um dia, receber por preservar esse bem que, na verdade, é de uso

coletivo", destacou Evair de Melo.

Pelo texto, o deputado deixa clara a possibilidade de participação da iniciativa privada e das organizações não governamentais nas ações da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o alinhamento da PSA com as demais políticas ambientais e setoriais, além de esclarecer que o contrato por meio da PSA é voluntário.

Aprovada Política Nacional de Agricultura Urbana

16 de novembro - A criação da Política Nacional de Agricultura Urbana, prevista no Projeto de Lei 906/15, do deputado Padre João (PT-MG), foi aprovada pela Comissão de Agricultura.

O objetivo era criar políticas públicas específicas para a produção agrícola e pecuária que exerçam comércio em regiões urbanas.

Os objetivos da política nacional são articular a produção de alimentos na cidade com programas de alimentação em escolas, restaurantes populares, estabelecimentos prisionais; além do estímulo às cooperativas, à educação ambiental, e à ocupação de espaços ociosos.

A proposta determina que o governo federal, estados e municípios deverão cooperar entre si na realização da política, com linhas de crédito, apoio técnico, estímulo a feiras livres, compra de produtos da agricultura urbana em programas governamentais que adquiram

alimentos, campanhas de informação, entre outros.

A proposta foi aprovada com uma emenda do relator, deputado Marcelo Aro (PHS-MG), estabelecendo que a obtenção de linhas de crédito para a agricultura urbana não prejudicará as linhas de crédito já existentes para a agricultura.

“A intenção é garantir que a criação de novas linhas de crédito específicas aos agricultores urbanos não os exclua do direito de aderirem a outras linhas de crédito atualmente disponíveis”, explicou.



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

Debate sobre aproveitamento de colostro bovino na alimentação humana

19 de novembro - Especialistas foram ouvidos pela Comissão de Agricultura, por meio do requerimento do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), para debater sobre o aproveitamento do colostro bovino na alimentação humana.

Os convidados defenderam a utilização do colostro animal. Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam. Pela norma atual, é proibido o aproveitamento do leite de retenção e do colostro para fins de alimentação humana.

A médica veterinária da Emater/R-Ascar, Mara Helena Saalfeld, que esteve presente na audiência, descobriu um substituto para o leite na alimentação dos terneiros chamado Silagem de Colostro.

Segundo a especialista, o colostro é um alimento excepcional e, atualmente, é jogado fora no Brasil. Ela explicou que a substância é essencial para animais recém-nascidos, mas adultos humanos também podem se beneficiar. “Além de nutrientes, o colostro bovino contém vários componentes bioativos e é uma fonte rica em fatores de crescimento, sendo comercializado como suplemento alimentar de saúde em vários países”, informou Saalfeld.



CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

DEZEMBRO



Foto: Cleia Viana/ Câmara dos Deputados



Foto: Cleia Viana/ Câmara dos Deputados



Foto: Guilherme Martimon

Debatedores pedem concurso público para suprir demandas do Dnocs

01 de dezembro - A Comissão realizou audiência pública para debater as propostas de reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e definir as ações estratégicas na gestão dos recursos hídricos e na nova visão de convivência com o semiárido nordestino.

O encontro foi realizado por meio do requerimento do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE). Na ocasião, representantes da diretoria e dos servidores do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) pediram a realização de concurso público para recompor o quadro de pessoal do órgão.

O assessor especial do Ministério da Integração Nacional, Irani Braga, reconheceu a necessidade de suprir a carência de funcionários, mas esclareceu que a realização de concurso público depende do Ministério do Planejamento.

“Existe a necessidade de recomposição de pessoal, portanto deverá haver um concurso. Agora, isso já é competência do Ministério do Planejamento, que vai estabelecer as bases desse concurso”, afirmou Braga.

Criado em 1909, o Dnocs construiu 943 barragens em 8 estados nordestinos, 321 açudes públicos e 622 em regime de cooperação com estados, municípios e particulares.

Também constam da lista mais de 400 cisternas de abastecimento, 8 usinas hidrelétricas de pequeno porte, perenização de 4 mil quilômetros de rios intermitentes e

irrigação pública de mais de 100 mil hectares. Nesses 106 anos de existência, foram gastos 30 bilhões de dólares.



Foto: Divulgação Dnocs

Recorde na Comissão de Agricultura: 160 matérias deliberadas

16 de dezembro - A última reunião ordinária do ano na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural foi caracterizada por uma marca histórica: 160 matérias deliberadas de fevereiro a dezembro de 2015.

Este é o maior número de matérias analisadas durante os últimos 20 anos da Comissão e foram deliberados todos os projetos deste ano.

Deputados elogiaram o trabalho do presidente Irajá, alegando que esta marca histórica só foi possível graças à celeridade dos trabalhos realizados pelos deputados, funcionários e presidente da Comissão. O deputado Evair de Melo (PV/ES) agradeceu a forma amistosa com que Irajá Abreu dirigiu as atividades. Já a deputada Tereza Cristina (PSB/MS) ressaltou que a agilidade da presidência foi fator essencial para que a pauta do ano fosse zerada. "Realizamos um 'limpeza de pauta' e essa rapidez nos trabalhos é um dos motivos pelos quais o setor agropecuário traz tanta rentabilidade ao nosso país", explicou a Deputada.

O deputado Irajá Abreu agradeceu aos elogios dos colegas e ressaltou que a Comissão, além de conseguir chegar à meta de 160 projetos deliberados, pôde prestigiar todos os deputados, uma vez que, pelo menos um projeto foi apresentado por cada membro da Comissão.

O presidente também creditou o resultado a toda equipe que trabalha na Comissão de Agricultura. "O mérito de nossas conquistas se deve aos deputados, que cooperaram comigo, apresentando em tempo hábil seus projetos, e aos servidores da Comissão, que nos apoiam sempre. Agradeço a confiança de vocês e me sinto honrado em deixar esse legado à Comissão", acrescentou Abreu.

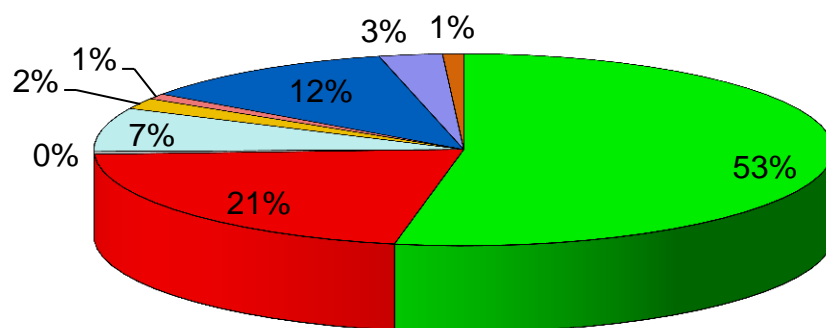
Proposições apreciadas pela CAPADR

Tipo de Proposição	Total de Proposições
Principal	
PDC	7
PL	113
PLP	1
PFC	7
REQ	216
Apensado	
PL	33
PDC	1
Total Geral	378

Resultado das Proposições apreciadas na CAPADR

Tipo de Proposição	Resultado		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados
PDC	8		
PL	99	46	1
PLP	1		
PFC	7		
Total por Resultado	115	46	1
Total Geral	162		

Gráfico do resultado das Proposições apreciadas na CAPADR



- Matérias Aprovadas
- Matérias Rejeitadas
- Matérias Prejudicadas
- Matérias Prontas para a Pauta
- Matérias Aguardando Emenda
- Matérias Aguardando Emenda ao Substitutivo
- Matérias Aguardando Parecer
- Matérias Aguardando Relatório Final
- Matérias Aguardando Designação de Relator

Reuniões realizadas pela CAPADR

Tipo de Reuniões	Total de Reuniões
Comissão	73
Audiência Pública	48
Reunião com Ministro	4
Encontro	12
Seminário	6
Mesa Redonda	2
Subcomissão	3
SUBAFAM	3
Total Geral	76



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários



Imagem: IEPEC - Instituto de Estudos Pecuários

Principais produtos	Produção 2014	Produção 2015	Variação da produção 2014/2015
Trigo	2.165kg	2.260kg	4,4%
Soja	2.998kg	3.037kg	1,3%
Milho primeira safra	4.898kg	4.953kg	1,1%
Feijão primeira safra	1.074kg	1.245kg	15,9%
Arroz	5.419kg	5.399kg	0,4%
Algodão em caroço	4.007kg	3.935kg	1,8%

Fonte: Dados da Conab

MATÉRIAS APRECIADAS

MATÉRIAS APROVADAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - PDC

PDC 85/2015 - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL _____
Aprova o texto do Acordo Constituinte de Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPECSA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.
PARECER DO RELATOR, DEP. ADILTON SACHETTI NOGUEIRA (PSD-MT), PELA APROVAÇÃO.
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/2015.

PDC - 81/2015 - MAX FILHO _____
Susta a Instrução Normativa Nº 6, de 29 de abril de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
PARECER DO RELATOR, DEP. DILCEU SPERAFICO (PP-PR), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PDC 83/2015, APENSADO.
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/08/15.

PDC - 83/2015 - Evair de Melo _____
SUSTA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 29 DE ABRIL DE 2015, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
PARECER DO RELATOR, DEP. DILCEU SPERAFICO (PP-PR), PELA APROVAÇÃO.
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/08/15.

PDC - 19/2015 - NILSON LEITÃO _____
Susta a aplicação dos artigos 6º, 7º, 19º, 20º, 31º, 33º e 36º, da Portaria nº 80 do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dá outras providências.
PARECER DO RELATOR, DEP. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA), PELA APROVAÇÃO.
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PDC - 36/2015 – ALCEU MOREIRA _____

Susta a Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece "como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos".

PARECER DO RELATOR, DEP. SÉRGIO MORAES (PTB-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Bohn Gass e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado Dr. Sinval Malheiros, em 21/10/15.

PDC - 184/2015 – VALDIR COLATTO _____

Susta a aplicação da Instrução Normativa Nº 83, de 30 de Julho de 2015, do Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária - INCRA.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 21/10/15.

PDC - 107/2015 – JOSUÉ BENGTON _____

Susta a aplicação da Resolução nº 302, de 20 de Março de 2002, do Conselho Nacional Do Meio Ambiente - CONAMA.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PROJETO DE LEI - PL

PL - 5194/2005 - RONALDO CAIADO _____

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/03/15.

PL - 4943/2013 – ZÉ SILVA _____

Institui a Política Nacional de Promoção da Qualidade de Vida no Campo - PAC Rural e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/03/15.

PL - 7955/2014 – FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR _____

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de cacauicultores.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 31/03/15.

PL 3842/12 - MOREIRA MENDES _____

Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, PELA APROVAÇÃO DESTA, E PELA REJEIÇÃO DO PL 5.016/2005, PL 3283/2004, DO PL 3524/2004, DO PL 408/2015, DO PL 2667/2003, DO PL 2668/2003, DO PL 3500/2004, DO PL 8015/2010, DO PL 1302/2011, DO PL 3107/2012, DO PL 4017/2012, DO PL 5209/2013, E DO PL 311/2015, APENSADOS.

Aprovado o Parecer com a abstenção dos Deputados Ronaldo Lessa, Heitor Schuch e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado Valmir Assunção, em 15/04/15.

PL - 3541/2012 – ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME _____

Obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de matéria-prima junto a produtores rurais, quando tiverem recebido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

PARECER DO RELATOR, DEP. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG), PELA APROVAÇÃO DESTA, E PELA REJEIÇÃO DO PL 4693/2012, APENSADO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Heitor Schuch, João Daniel e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 15/04/15.

PL - 6971/2013 – JORGINHO MELLO

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994 e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Valdir Colatto, em 15/04/15.

PL - 5919/2013 – DR. JORGE SILVA _____

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA APROVAÇÃO, COM QUATRO EMENDAS.

Aprovado o Parecer com a retirada da expressão de boa-fé, com a abstenção dos Deputados Zeca do PT e Bohn Gass, apresentou voto em separado o Deputado Padre João, em 29/04/15.

PL- 525/2015 – ALCEU MOREIRA _____

Altera a Lei no 7.678, de 8 de novembro de 1988, para estabelecer o tratamento tributário para o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROGERIO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/04/15.

PL - 5018/2013 – SENADO FEDERAL – ANTÔNIO RUSSO _____

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. BETO FARO (PT-PA), PELA APROVAÇÃO DESTA, DO PL 4124/2012, DO PL 5846/2013, E DO PL 739/2011, APENSADOS, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Valdir Colatto, em 13/05/15.

PL - 4124/2012 – Heuler Cruvinel _____

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para conferir abrangência nacional ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra.

Parecer do Relator, Dep. Beto Faro (PT-PA), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Valdir Colatto, em 13/05/15.

PL - 5846/2013 – Francisco Praciano _____

Altera a Lei nº 10.420, de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem nas regiões que especifica, para incluir a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

PARECER DO RELATOR, DEP. BETO FARO (PT-PA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Valdir Colatto, em 13/05/15.

PL - 739/2011 - LUIZ OTAVIO _____

ALTERA A LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, DE FORMA A ESTENDER O BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA AOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer do Relator, Dep. Beto Faro (PT-PA), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Valdir Colatto, em 13/05/15.

PL - 5628/2013 - SENADO FEDERAL - ANA RITA _____

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEULER CRUVINEL (PSD-GO), PELA APROVAÇÃO DESTES, DO PL 4967/2013, E DO PL 1265/2015, APENSADOS, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zeca do PT, Ronaldo Lessa, Beto Faro e João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado Luiz Cláudio, em 13/05/15.

PL - 4967/2013 - Policarpo _____

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de microtratores por produtores rurais na agricultura.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEULER CRUVINEL (PSD-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zeca do Pt, Ronaldo Lessa, Beto Faro e João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado Luiz Cláudio, em 13/05/15.

PL - 1265/2015 - Luiz Cláudio _____

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zeca do Pt, Ronaldo Lessa, Beto Faro e João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado Luiz Cláudio.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEULER CRUVINEL (PSD-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zeca do Pt, Ronaldo Lessa, Beto Faro e João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado Luiz Cláudio, em 13/05/15.

PL - 213/2015 - GIOVANI CHERINI _____

Regulamenta o Rodeio como atividade da cultura popular e dá outras providências

PARECER DO RELATOR, DEP. HEITOR SCHUCH (PSB-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/05/15.

PL - 88/15 - CARLOS ANDRADE _____

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais. (Apensado: PL 224/2015)

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO JONY MARCOS (PRB/SE), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 224/2015, APENSADO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 27/05/15.

PL - 224/2015 - CONCEIÇÃO SAMPAIO _____

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO JONY MARCOS (PRB/SE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 27/05/15.

PL - 7361/2014 - ALCEU MOREIRA _____

Altera a redação do art. 2º, inciso V da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para inserir os §§ 1º, 2º e 3º.

PARECER DO RELATOR, DEP. PEDRO CHAVES (PMDB-GO), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 27/05/15.

PL - 7755/2014 - DR. JORGE SILVA _____

Institui redução do imposto de renda sobre o ganho de capital auferido na alienação de terras para o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ SILVA (SD-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 27/05/15.

PL - 7.083/14 - ALCEU MOREIRA _____

Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUIZ NISHIMORI, PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 10/06/15.

PL - 1.151/15 - DELEY _____

Altera a Lei nº 12.350, de 22 de dezembro de 2010, para estender a suspensão da cobrança da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS sobre as rações para peixes e os insumos destinados às suas preparações, e para conceder crédito presumido das contribuições à pessoa jurídica exportadora de pescados em relação aos insumos e rações adquiridos no mercado interno".

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO DILCEU SPERAFICO, PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 10/06/15.

PL - 2742/2003 – LUÍS CARLOS HEINZE _____

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. SERGIO SOUZA (PMDB-PR), PELA APROVAÇÃO DESTA, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 10/06/15.

PL - 7958/2014 – FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR _____

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de produtores rurais da Micro Região de Irecê, Bahia.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zeca do PT, Zé Carlos e Marcon, em 10/06/15.

PL 1.054/15 - DELEY _____

Institui Fundo compensatório para pequenos produtores rurais.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO NELSON MEURER, PELA APROVAÇÃO, COM DUAS EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/15.

PL 1.370/15 - LUIZ NISHIMORI _____

Altera a Lei nº 8.096, de 21 de novembro de 1990, para priorizar o trigo produzido no Brasil nas compras governamentais.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS, PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/15.

PL 7.312/14 - SR. ANDRÉ FIGUEIREDO _____

Altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO ZÉ SILVA, PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/15.

PL - 3803/2012 – GIOVANI CHERINI _____

Institui desconto especial a incidir sobre pagamentos das dívidas rurais que especifica.

PARECER DO RELATOR, DEP. ODELMO LEÃO (PP-MG), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM SUBSTITUTIVO, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/2012 DA CAPADR.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 24/06/15.

PL - 60/2015 – POMPEO DE MATTOS _____

Altera o art. 1º da Lei nº 6969, de 10 de dezembro de 1981 (dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais).

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIZ CLÁUDIO (PR-RO), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/15.

PL - 376/2015 – FAUSTO PINATO _____

Dispõe sobre a concessão de linhas de financiamento para atender iniciativas de recuperação e/ou preservação voluntária de nascentes, realizados em área rural ou urbana com características rurais, de propriedades privadas ou públicas.

PARECER DO RELATOR, DEP. NILSON LEITÃO (PSDB-MT), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/06/15.

PL - 3461/2012 – Padre João _____

Isenta da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep os produtos resultantes da exploração da atividade rural exercida pelo agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO MARCON, PELA PREJUDICIALIDADE DESTES, E PELA APROVAÇÃO DO PL 3461/2012, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 01/07/15.

PL - 515/2015 – KAIO MANIÇOBA _____

Determina o fornecimento de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, às regiões da área de atuação da SUDENE afetadas por estiagem que tenham decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.

PARECER DO RELATOR, DEP. MARCELO CASTRO (PMDB-PI), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 01/07/15.

PL - 6516/2013 – MOREIRA MENDES _____

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. FRANCISCO CHAPADINHA (PSD-PA), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 8222/2014, APENSADO, COM DUAS EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro, em 08/07/15.

PL - 8222/2014 – MARCOS MONTES _____

Altera a Lei nº 11.952 de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. FRANCISCO CHAPADINHA (PSD-PA), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 8222/2014, APENSADO, COM DUAS EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro, em 08/07/15.

PL - 96/2015 – ALCEU MOREIRA _____

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEULER CRUVINEL (PSD-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 08/07/15.

PL - 309/2015 – KAIO MANIÇOBA _____

Dispõe sobre anistia a parcelas de dívidas originárias de operações de crédito contratadas ao amparo do PRONAF ou do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

PARECER DO RELATOR, DEP. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 08/07/15.

PL - 7250/2014 – IRAJÁ ABREU _____

Acrescenta uma Tabela de Descontos na Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para dispor sobre o Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo de acordo com a Área Produtiva.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS), PELA APROVAÇÃO DESTES, E PELA REJEIÇÃO DO PL 328/2015, APENSADO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, em 15/07/15.

PL - 892/2015 – JOSÉ GUIMARÃES _____

Cria a Classe Rural por Autogestão para fins de cálculo e cobrança de tarifa de energia elétrica e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 15/07/15.

PL - 1201/2015 – IRAJÁ ABREU _____

Altera o inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para vincular o assentamento de trabalhadores rurais a seu domicílio eleitoral.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 15/07/15.

PL - 2596/2011 – EDSON PIMENTA _____

Estende às carnes e derivados de animais ovinos e caprinos o regime de incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins previsto na Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO DESTA, E DO PL 4290/2012, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/08/15.

PL - 1266/2015 – LUIZ CLÁUDIO _____

Concede isenção da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na aquisição de máquinas, equipamentos, equipamentos agroindustriais e implementos agrícolas que se destinem à agricultura familiar e para cooperativas e associações rurais. Acrescenta um art. 2º-A ao texto da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALBERTO FILHO (PMDB-MA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/08/15.

PL - 1290/2015 – RONALDO CARLETTO _____

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para acrescentar o catador de marisco na definição de pescador artesanal.

PARECER DO RELATOR, DEP. FÁBIO RAMALHO (PV-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/08/15.

PL - 4290/2012 – PAULO PIMENTA _____

Concede isenção e redução de alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e

da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP sobre as receitas de vendas de ovinos e derivados, classificados nos códigos 0104.10, 0504.00.12, 41.02, 41.05, 4112.00.00, 4302.19.10, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul.

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/08/15.

PL - 1548/2015 – SARNEY FILHO _____

Dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALBERTO FILHO (PMDB-MA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/08/15.

PL - 1384/2015 – JOÃO DANIEL _____

Altera a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", para não haver limite de valor na aquisição de produtos cuja mão de obra é exclusiva da Agricultura Familiar.

PARECER DO RELATOR, DEP. PEDRO CHAVES (PMDB-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 19/08/15.

PL - 1666/2015 – AFONSO FLORENCE _____

Altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, para dispensar da obrigatoriedade de classificação os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico adquiridos pelo Poder Público ao amparo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

PARECER DO RELATOR, DEP. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 19/08/15.

PL - 1805/2015 – JERÔNIMO GOERGEN _____

Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.

PARECER DO RELATOR, DEP. RICARDO TEOBALDO (PTB-PE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 19/08/15.

PL - 4685/2012 – PAULO TEIXEIRA _____

Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. RONALDO LESSA (PDT-AL), PELA APROVAÇÃO DESTA, DA EMENDA DE RELATOR 1 DA CFT, E DA EMENDA DE RELATOR 2 DA CFT, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Zeca do PT, em 26/08/15.

PL - 1397/2015 – ANGELIM _____

Dá nova redação à Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006, para garantir a contratação e a manutenção no emprego de mulheres nas empresas que exploram concessões florestais.

PARECER DO RELATOR, DEP. ABEL MESQUITA JR. (PDT-RR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 26/08/15.

PL - 723/2015 – GIACOBO _____

Dispões sobre o penhor rural de madeira, produtos madeiros e demais produtos da floresta plantada.

PARECER DO RELATOR, DEP. NEWTON CARDOSO JR. (PMDB-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/09/15.

PL 1267/2015 – LUIZ CLÁUDIO _____

Concede isenção e redução de alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP sobre as receitas de vendas de produtos da agricultura orgânica.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUIZ NISHIMORI (PR-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/09/15.

PL - 1779/2015 – HEITOR SCHUCH _____

Institui a "Semana Nacional da Agricultura Familiar".

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/09/15.

PL - 1970/2015 – DANIEL COELHO _____

Torna obrigatória e gratuita a realização de testes para a detecção de Mormo em equídeos, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/09/15.

PL 599/2015 – MARGARIDA SALOMÃO _____

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que , dentre outros objetos "altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos", para restituir a apuração de crédito presumido para rações animais.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Marcon, em 09/09/15.

PL 1317/2015 – SENADO FEDERAL – ANA RITA _____

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para estabelecer escalonamento do valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO CARLOS MELLES (DEM-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/09/15.

PL - 7199/2010 – ROBERTO SANTIAGO _____

Dá nova redação a pena descrita no art. 32 da Lei nº 9.605, de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências".

PARECER DO RELATOR, DEP. ALEXANDRE BALDY (PSDB-GO), PELA APROVAÇÃO DESTES, DO PL 2004/2011, DO PL 3141/2012, DO PL 3142/2012, DO PL 5244/2013, DO PL 6069/2013, DO PL 1051/2015, DO PL 2100/2015, E DO PL 966/2015, APENSADOS, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO 2 APROVADO NA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 2004/2011 – Paulo Wagner _____

Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras PROVIDÊNCIAS".

PARECER DO RELATOR, DEP. ALEXANDRE BALDY (PSDB-GO), PELA APROVAÇÃO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO 2 APROVADO NA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 3141/2012 – Ricardo Izar _____

ALTERA O § 2º DO ART. 32 DA LEI Nº 9.605 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, LEI DE CRIMES AMBIENTAIS, QUE DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS DECORRENTES DA PRÁTICA DE ATOS LESIVOS A FAUNA.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 3142/2012 – Ricardo Izar _____

ALTERA A PENA DO ART. 32 DA LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, PARA AGRAVAR A PENA PARA QUEM PRATICAR ATO DE ABUSO, MAUS-TRATOS, FERIR OU MUTILAR ANIMAIS SILVESTRE, DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS, NATIVOS OU EXÓTICOS.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 5244/2013 – Beto Albuquerque _____

ALTERA A PENA DO ART. 32 DA LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, PARA AGRAVAR A PENA PARA QUEM MALTRATAR ANIMAIS.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 6069/2013 – Roberto Santiago e outros _____

ALTERA A PENA DO ART. 32 DA LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, PARA QUEM PRATICA ABUSO, MAUS-TRATOS, FERIMENTO OU MUTILAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES, DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS, NATIVOS OU EXÓTICOS.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 1051/2015 – Victor Mendes _____

AUMENTA A PENA DO CRIME DE MAUS TRATOS A ANIMAIS, INSERE CAUSA DE AUMENTO DE PENA E A FORMA QUALIFICADA DO DELITO.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 2100/2015 – ALBERTO FRAGA _____

ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 966/2015 – Lincoln Portela _____

Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, para tipificar como crime a zoofilia.

Parecer do Relator, Dep. Alexandre Baldy (PSDB-GO), pela aprovação, na forma do Substitutivo 2 aprovado na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL - 8235/2014 – RICARDO IZAR _____

Acrescenta artigo 41-A na Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências".

PARECER DO RELATOR, DEP. NEWTON CARDOSO JR (PMDB-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL 2411/2015 – CARLOS MELLES _____

Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica a produtor rural, nas condições que estabelece.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/09/15.

PL 4148/2012 – CÉSAR HALUM _____

Dispõe sobre a criação da farmácia veterinária popular e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO ASSIS DO COUTO (PT-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/09/15.

PL 2053/2015 – ROBERTO BALESTRA _____

Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração deste como patrimônio de afetação, institui a cédula imobiliária rural, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LÁZARO BOTELHO (PP-TO), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/09/15.

PL - 2433/2015 – EDINHO BEZ _____

Cria programa de incentivo à adoção de tecnologias redutoras de risco agroclimático.

PARECER DA RELATORA, DEP. TEREZA CRISTINA (PSB-MS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/09/15.

PL - 41/2015 – SÉRGIO VIDIGAL _____

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para estabelecer uma indenização mínima de vinte por cento do valor da terra nua no caso da instituição de servidão administrativa para a implantação de linha de transmissão ou de distribuição de energia elétrica em área rural.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO DESTA, COM SUBSTITUTIVO, E PELA REJEIÇÃO DO SUBSTITUTIVO 1 DA CME.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 30/09/15.

PL - 999/2015 – VALADARES FILHO _____

Acrescenta dispositivo à Lei 12.873, de 24 de outubro de 2013, para perfuração de poços comunitários em comunidades rurais de baixa renda.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 30/09/15.

PL - 2670/2011 – JESUS RODRIGUES _____

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da atividade exercida pelo Profissional Vazanteiros e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. NILSON LEITÃO (PSDB-MT), PELA APROVAÇÃO DESTA, E PELA REJEIÇÃO DO PL 5205/2013, APENSADO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/10/15.

PL - 1066/2015 – JOÃO DANIEL _____

Proíbe o corte e a derrubada da mangabeira e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. VICENTINHO JÚNIOR (PSB-TO), PELA APROVAÇÃO DESTA, E DA EMENDA DE RELATOR 1 DA CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/10/15.

PL - 1269/2015 – JOÃO DANIEL _____

Dispõe sobre o tratamento tributário diferenciado para a cachaça artesanal produzida por agricultores familiares.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/10/15.

PL - 1802/2015 – CARLOS BEZERRA _____

Altera o Decreto-lei nº 167, de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências", para instituir a nulidade do aval dado em Cédula de Crédito Rural.

PARECER DO RELATOR, DEP. CELSO MALDANER (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/10/15.

PL - 2628/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE _____

Confere nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEULER CRUVINEL (PSD-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/10/15.

PL - 6362/2013 – WILSON FILHO _____

Dispõe sobre a isenção de cobrança de tarifa de energia elétrica para poços artesianos, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. KAIIO MANIÇOBA (PHS-PE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 21/10/15.

PL - 906/2015 – PADRE JOÃO _____

Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências

PARECER DO RELATOR, DEP. MARCELO ARO (PHS-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 21/10/15.

PL - 2677/2015 – EVAIR DE MELO _____

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 21/10/15.

PL - 2304/2015 – SIMONE MORGADO _____

Dá nova redação ao art.18 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

PARECER DO RELATOR, DEP. WILSON FILHO (PTB-PB), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 28/10/15.

PL - 312/2015 – RUBENS BUENO _____

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVAIR DE MELO (PV-ES), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/11/15.

PL - 1710/2015 – TIA ERON _____

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

PARECER DO RELATOR, DEP. CÉSAR HALUM (PRB-TO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/11/15.

PL - 8228/2014 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA _____

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que "cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica", para estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios localizados na Região Sul, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZECA DO PT (PT-MS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 30/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE _____

Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.

PARECER DO RELATOR, DEP. BETO ROSADO (PP-RN), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1356/2015 – DANILO FORTE _____

Concede remissão nas operações de crédito rural realizadas por agricultores familiares, cujo empreendimento esteja localizado em municípios da área de abrangência da Sudene com decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo.

PARECER DO RELATOR, DEP. BETO FARO (PT-PA), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1503/2015 – COVATTI FILHO _____

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de rações e suplementos para alimentação bovina.

PARECER DO RELATOR, DEP. HÉLIO LEITE (DEM-PA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1565/2015 – IRAJÁ ABREU _____

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para estender ao maquinário utilizado na atividade de silvicultura, (nas operações: supressão, preparo de solo, plantio, tratamentos silviculturais, colheita, transporte e beneficiamento) o tratamento tributário e as condições de crédito concedidas ao maquinário agrícola e pecuário.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO DANIEL (PT-SE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA..

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1713/2015 – EVAIR DE MELO _____

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIZ CLÁUDIO (PR-RO), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1799/2015 – ROBERTO SALES _____

Dá nova redação ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 2002, para estimular a atividade de dessalinização de águas salgadas.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 2532/2015 – LUIZ CARLOS HAULY _____

Institui o Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 2899/2015 – SILAS BRASILEIRO _____

Equipara o agricultor familiar ao assentado da reforma agrária para os fins que especifica.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/11/15.

PL - 1582/2015 – JARBAS VASCONCELOS _____

Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

PARECER DO RELATOR, DEP. ANDRÉ ABDON (PRB-AP), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/11/15.

PL - 2992/2015 – RONALDO CARLETTO _____

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas oriundas de crédito rural de responsabilidade de cacauicultores.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/11/15.

PL - 6837/2013 – PADRE JOÃO _____

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para definir o domicílio rural como unidade consumidora autônoma para fins de universalização do uso da energia elétrica.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DA EMENDA 1/2015 DA CAPADR.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 25/11/15.

PL - 732/2015 – ASSIS DO COUTO _____

Altera o art. 16 da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre a participação das cooperativas no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

PARECER DO RELATOR, DEP. BOHN GASS (PT-RS), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 1385/2015, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/12/15.

PL - 1385/2015 – João Daniel _____

ALTERA O ART. 16 DA LEI N. 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011, PARA ESTABELECEM CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA.

PARECER DO RELATOR, DEP. BOHN GASS (PT-RS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 02/12/15.

PL - 1084/2011 – CLEBER VERDE _____

Altera o § 4º do art. 22- A, acresce os arts. 22-C e 25-B na Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, já incluídas as alterações realizadas em decorrência da Lei nº 10.256, de 09 de julho de 2001, com a finalidade de estender à empresa de captura e indústria de pesca os benefícios concedidos à agroindústria no tocante ao valor da alíquota de contribuições previdenciárias recolhidas pelo empregador em favor da Previdência Social.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO SUBSTITUTIVO 1 DA CSSF.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/12/15.

PL - 334/2015 – MARCO TEBALDI _____

Altera o art. 4º da Lei nº 1283 de 18 de dezembro de 1.950, regulamentado pelo decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 2 AO SBT 1 CAPADR, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 1 AO SBT 1 CAPADR.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Onyx Lorenzoni, Domingos Sávio e Bohn Gass, apresentou voto em separado o Deputado César Halum, em 09/12/15.

PL - 2082/2015 – VICENTINHO _____

Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

PARECER DO RELATOR, DEP. ALBERTO FRAGA (DEM-DF), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/12/15.

PL - 3325/2015 – JERÔNIMO GOERGEN _____

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a concessão de crédito rural àqueles que tenham sido condenados pelos crimes de abigeato, furto, roubo, receptação ou falsificação de insumos e produtos agrícolas.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/12/15.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - PLP

PLP- 417/2014 – SENADO FEDERAL – PAULO PAIM _____

Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 11.959, de 29 de junho de 2009, para instituir a contagem do período de defeso no âmbito das atividades pesqueira e afins como tempo de contribuição para a Previdência Social, definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins, instituir o salário-defeso e dispor sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ SILVA (SD-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/04/15.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFC

PFC - 73/09 - WALDIR NEVES _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR realize ato de fiscalização e controle para as ações do INCRA, no tocante a aplicação de recursos federais e desenvolvimento

dos trabalhos de implantação e assentamento dos agricultores da Fazenda Eldorado/Gleba ALAMBARI em Sidrolândia / MS.

RELATÓRIO FINAL, DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM, PELO ENCERRAMENTO; E, NO MÉRITO, PELO ARQUIVAMENTO.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Final, em 06/05/15.

PFC - 28/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR promova a fiscalização dos atos do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que promovem o desenvolvimento dos assentamentos rurais do Brasil, criando meios para propiciar melhorias e padronizar procedimentos para todos os assentamentos do Brasil.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Prévio, em 12/08/2015

PFC - 39/2015 – SÉRGIO SOUZA _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificar, nos 10 últimos anos, se o volume de valores arrecadados com a cobrança da taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante-AFRMM a sua aplicação através do Fundo da Marinha Mercante-FMM, atendem o objetivo da legislação pertinente, face a falta da transparência de como os recursos são arrecadados e aplicados..

Aprovado por Unanimidade o Relatório Prévio, em 12/08/2015

PFC - 98/2012 – GIOVANNI QUEIROZ _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para apurar as denúncias realizadas pelo ex-Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Luis Claudio Meirelles de irregularidades no deferimento de produtos sem a necessária avaliação toxicológica.

Parecer, aprovado por Unanimidade, do Relator, Dep. Wellington Roberto (PR-PB), pelo arquivamento.

Rejeitada em 07/10/15.

PFC - 51/2015 – Irajá Abreu _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Tribunal de Contas da União - TCU, promova a fiscalização e suspensão dos atos administrativos praticados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL - Programa Terra Legal, referentes aos processos: 56426.001965/2012-15; 56426.000019/2012-51; 56426.001964/2012-71; 56426.000028/2012-42; 56462.000011/2012-95; 56462.000010/2012-41.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Prévio, em 21/10/2015.

PFC - 50/2015 – Irajá Abreu _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Banco Central do Brasil - BACEN, promova a fiscalização dos atos financeiros praticados pelo Banco do Estado da Amazônia - BASA, referente à remuneração cobrada dos proponentes nos financiamentos a título de taxa de avaliação das garantias oferecidas no financiamento; taxa de análise dos projetos de financiamento; taxa de análise para renegociação de financiamentos inadimplentes, comparado ao que preconiza a Resolução nº 4.288, de 22 de novembro de 2013, do Banco Central do Brasil - BACEN.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Prévio, em 9/12/2015.

PFC - 119/2013 – MOREIRA MENDES _____

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para fiscalizar repasse de verba federal ao SENAR/RO e à FAPERON nos anos de 2003 a 2013.

RELATÓRIO FINAL, DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC). CONCLUI PELO ENCAMINHAMENTO DE INDICAÇÃO AOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Final, em 16/12/15.

MATÉRIAS REJEITADAS

PROJETO DE LEI - PL

PL - 5016/2005 – SENADO FEDERAL – TASSO JEREISSATI _____

Estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 3283/2004 – MARCOS ABRAMO _____

Inclui inciso VIII na Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 3524/2004 – IRINY LOPES _____

Dispõe sobre a proibição da concessão de benefícios e incentivos fiscais e financeiros públicos a pessoas físicas ou jurídicas que não cumprem o disposto na legislação trabalhista, que submetem trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou que os reduzem a condições análogas à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 408/2015 – BEBETO _____

Veda a concessão de empréstimo ou financiamento em instituições financeiras da administração pública federal às pessoas físicas ou jurídicas que submeterem trabalhadores a condições análogas à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 2667/2003 – PAULO MARINHO _____

Torna hediondos os crimes de redução à condição análoga à de escravo e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, acrescentando dispositivos à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 2668/2003 – PAULO MARINHO _____

Agrava as penas para os crimes de redução análoga à de escravo e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, dando nova redação aos arts. 149 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 3500/2004 – EDSON DUARTE _____

Veda destinações de recursos de empresas públicas e sociedades de economia mista a pessoas físicas ou jurídicas condenadas por empregar trabalhadores em regime de trabalho análogo à escravidão.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 8015/2010 – ARNALDO FARIA DE SÁ _____

Dispõe sobre o perdimento de bens que tenham sido utilizados na prática do crime de redução a condição análoga à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 1302/2011 – PADRE TON _____

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, dando-lhe nova redação.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 3107/2012 – ROBERTO DE LUCENA _____

Determina a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 4017/2012 – ARNALDO JORDY _____

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), alterado pela Lei 10.803/2003, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 5209/2013 – MAJOR FÁBIO _____

Altera o Código Penal, para estabelecer a vedação ao aproveitamento de incentivos fiscais como efeito da condenação por crime de redução a condição análoga à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 311/2015 – KAIO MANIÇOBA _____

Estabelece vedação ao aproveitamento de incentivos fiscais por condenação administrativa de redução à condição análoga à de escravo.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 4693/2012 – RICARDO IZAR _____

Dispõe sobre restrições à pessoa jurídica responsável simultaneamente pelo plantio da laranja e pela fabricação de seus derivados, e da outras providencias.

Rejeitada em 15/04/15.

PL - 3483/2012 – MIRIQUINHO BATISTA _____

Dispõe sobre a criação do Serviço Social de Aquicultura e Pesca (SESAP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem de Aquicultura e Pesca (SENAP).

Rejeitada em 13/05/15.

PL - 6.005/13 – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA _____

Dispõe sobre a criação do Serviço Social de Aquicultura e Pesca (Sesap) e do Serviço Nacional de Aprendizagem de Aquicultura e Pesca (Senap).

Rejeitada em 13/05/15.

PL - 4620/2012 – AMAURI TEIXEIRA _____

Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural as comunidades quilombolas, ribeirinhas e quebradoras de coco babaçu, atingidos por barragens e assentados da reforma agrária.

Rejeitada em 13/05/15.

PL - 7070/2014 – GORETE PEREIRA _____

Dispõe sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes de corpos de água de domínio da União, e dá outras providências.

Rejeitada em 10/06/15.

PL - 6969/2013 – SARNEY FILHO _____

Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Rejeitada em 10/06/15.

PL - 329/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO _____

Dá nova redação ao §1º, do art. 12, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Rejeitada em 10/06/15.

PL - 6432/2013 – IVAN VALENTE _____

Proíbe no território nacional a venda, o cultivo e a importação de sementes de plantas alimentícias transgênicas com tolerância a herbicidas.

Rejeitada em 24/06/15.

PL - 2086/2011 – RICARDO TRIPOLI _____

Dispõe sobre a proibição de perseguições seguidas de laçadas e derrubadas de animal, em rodeios ou eventos similares.

Rejeitada em 08/07/15.

PL - 328/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO _____

Altera o §8º, do art. 6º da Lei nº 8.629, de 1993, para definir novas alíquotas do imposto Territorial Rural sobre os grandes imóveis rurais improdutivos, e dá outras providências.

Rejeitada em 15/07/2015

PL - 717/2015 – ALBERTO FRAGA _____

Dispõe sobre a assistência ao pequeno produtor rural.

Rejeitada em 12/08/15.

PL - 303/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO _____

Altera dispositivo da Lei n.º 6.383, de 07 de dezembro de 1976, e dá outras providências.

Rejeitada em 02/09/15.

PL - 3814/2012 – MANDETTA _____

Altera dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para controlar, na Bacia do Pantanal, as atividades de pesca profissional

Rejeitada em 09/09/15.

PL - 7965/2014 – VALMIR ASSUNÇÃO _____

Modifica a redação dos artigos 3º e 10 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para incluir como objetivo específico do crédito rural a produção de produtos agropecuários destinados à alimentação humana.

Rejeitada em 23/09/15.

PL - 619/2011 – GIOVANI CHERIN _____

Dispõe sobre a implantação de agrovilas e dá outras providências.

Rejeitada em 07/10/15.

PL - 5205/13 – Valadares Filho _____

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a concessão do seguro-desemprego aos pequenos produtores rurais familiares, durante os períodos de intempéries climáticas.

Rejeitada em 7/10/2015

PL - 864/2011 – SENADO FEDERAL – ARTHUR VIRGÍLIO _____

Autoriza o Poder Executivo a acrescentar atribuição ao cargo de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004.

Rejeitada em 21/10/15.

PL - 293/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO _____

Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária.

Rejeitada em 21/10/15.

PL - 492/2015 – Jorge Solla _____

CRIA O CONTROLE DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE AGROTÓXICOS POR MEIO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E SANITÁRIA.

Rejeitada em 21/10/15.

PL - 1005/2015 – Ronaldo Carletto _____

ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989 (LEI DOS AGROTÓXICOS), PARA DISPOR SOBRE O MONITORAMENTO E CONTROLE DA COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DE AGROTÓXICOS POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE ABRANGÊNCIA NACIONAL.

Rejeitada em 21/10/15.

PL - 350/2015 – SARNEY FILHO _____

Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Rejeitada em 02/12/15.

PL - 537/2015 – MARCOS REATEGUI _____

Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc.

Rejeitada em 09/12/15.

PL - 25/2015 – SARNEY FILHO _____

Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA REJEIÇÃO.

Rejeitada em 9/12/2015.

PL - 5249/2001 – MAX ROSENMANN _____

Altera a tabela de cálculo da Contribuição Sindical Rural.

PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, DEP. TEREZA CRISTINA (PSB-MS), PELA REJEIÇÃO DESTA E, DOS PLS 5285/2001, 7046/2002, 922/2007, 1131/2007, 4212/2012, 6985/2002, 5589/2009, 5679/2013, 8277/2014, APENSADOS.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 5285/2001 - Abelardo Lupion _____

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 7046/2002 - Abelardo Lupion _____

Altera o § 1º do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre a Contribuição Sindical Rural.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 922/2007 - João Dado _____

Altera o § 1º do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, para dispor sobre a base de cálculo da contribuição sindical rural de empregador não organizado como empresa ou não obrigado ao registro do capital social.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 1131/2007 - Antonio Carlos Mendes Thame _____

Acrescenta-se o parágrafo 7º no art. 580, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 4212/2012 - Onofre Santo Agostini _____

Acrescente-se o inciso I, no § 3º, do art. 4º, do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 6985/2002 - ENI VOLTOLINI _____

Altera o Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre a Contribuição Sindical Rural.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 5589/2009 - Ademir Camilo _____

Acresce artigo à Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que "Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais".

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 5679/2013 - Major Fábio _____

Acrescenta § 5º ao art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre o enquadramento e contribuição sindical rural, para tornar obrigatória a notificação pessoal do contribuinte.

Rejeitada em 16/12/15.

PL - 8277/2014 - Heuler Cruvinel _____

Acrescenta o inciso I, no § 3º, do Art. 4º, do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de Abril de 1971, que dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.

Rejeitada em 16/12/15.

MATÉRIAS PREJUDICADAS

PROJETO DE LEI - PL

PL 789/11 - EUDES XAVIER

Dispõe sobre a revogação do inciso XII, letras a, b e c, do § XI, do artigo 9º, da lei 11.718, de 20 de junho de 2008, que trata da Contribuição Previdenciária dos agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e outros trabalhadores da mesma categoria, na forma que menciona. (Apensado: PL 3461/2012)

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO MARCON, PELA PREJUDICIALIDADE DESTA, E PELA APROVAÇÃO DO PL 3461/2012, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 01/07/15.

MATÉRIAS EM APRECIÇÃO

MATÉRIAS PRONTAS PARA A PAUTA

PROJETO DE LEI - PL

PL 3637/2015 - SENADO FEDERAL - ACIR GURGACZ

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PMB-TO), PELA APROVAÇÃO.

PL 7535/2010 - PAULO PIMENTA

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, concedendo ao órgão fundiário federal preferência na aquisição de imóvel rural penhorado.

PARECER DO RELATOR, DEP. NEWTON CARDOSO JR (PMDB-MG), PELA REJEIÇÃO DESTES, DA EMENDA 1/2010 DA CAPADR, E DO PL 302/2015, APENSADO.

PL 1587/2011 - ZÉ SILVA

Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Explicação da Ementa:

Amplia o limite para a área individual a ser alcançada pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo que será considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que não detenha área maior do que 6 (seis) módulos fiscais.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PMDB-TO), PELA REJEIÇÃO DESTES, E DO PL 7468/2014, APENSADO.

PL 5191/2013 - ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.

PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA REJEIÇÃO DESTES.

PL 5965/2013 – EDINHO BEZ

Institui a Cesta Básica Nacional e define os produtos que a compõem.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA), PELA REJEIÇÃO.

PL 7790/2014 – IRAJÁ ABREU

Acresce o § 9º ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, para dispensar a apresentação de carta de anuência de confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM SUBSTITUTIVO, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/2015 DA CAPADR.

PL 302/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO

Modifica a Lei 4.595, de 1964, para determinar que as instituições financeiras informem ao Banco Central do Brasil e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA os imóveis rurais adquiridos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução.

PARECER DO RELATOR, DEP. NEWTON CARDOSO JR (PMDB-MG), PELA REJEIÇÃO.

PL 409/2015 – LUIS CARLOS HEINZE

Institui isenção da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado na agricultura e pecuária e nos transportes de passageiros e de cargas.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEITOR SCHUCH (PSB-RS), PELA APROVAÇÃO DESTES COM SUBSTITUTIVO E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 1.

PL 1016/2015 – JÚLIA MARINHO

ALTERA A LEI Nº 5.550, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1968, PARA DEFINIR ATIVIDADES E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ZOOTECNISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DA RELATORA, DEP. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

PL 1176/2015 – ANTONIO BALHMANN

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para disciplinar a prescrição de produtos destinados ao tratamento de culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM SUBSTITUTIVO.

PL 1896/2015 – GIOVANI CHERINI

Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para os fins de incluir os técnicos agrícolas no âmbito do subprograma denominado Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ CARLOS (PT-MA), PELA REJEIÇÃO.

PL 2353/2015 – ALFREDO NASCIMENTO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, uniformizando o conceito de pescador artesanal e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. João Carlos Bacelar (PR-BA), pela aprovação.

PL 3101/2015 – JÚLIA MARINHO

Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos produtores e trabalhadores rurais trazidos pelo INCRA para os projetos de colonização implantados pelo Governo Federal ao longo dos trechos das BR-163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974.

PARECER DO RELATOR, DEP. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

PL 3358/2015 – ALCEU MOREIRA

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

PL 3392/2015 – BETO ROSADO

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semi-artesianos para dessedentação humana.

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP), PELA APROVAÇÃO.

PL 3530/2015 – LUCIO MOSQUINI

Acresce o art. 18-B à Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre as cláusulas resolutivas dos títulos de domínio, concessão de uso ou concessão de direito real de uso - CDRU, emitidos pelo órgão fundiário federal e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO.

MATÉRIAS AGUARDANDO EMENDA

PROJETO DE LEI - PL

PL 1712/2015 – EVAIR DE MELO

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona.

Relator: Deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG).

PL 3660/2015 – CABUÇU BORGES

Altera o art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, acrescentando os incisos VIII e IX, para incluir expressamente a menção o fomento de atividades econômicas no campo vinculadas à cultura e ao turismo e a promoção da formação e da profissionalização de técnicos culturais no campo.

Relator: Deputado Márcio Marinho (PRB-BA).

PL 3710/2015 – JHC

Altera dispositivos nas Leis federais nº 12.865/2013 e 12.999/2014 para prorrogar a vigência do pagamento da subvenção de tratam essas Leis.

Relator: Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO).

PL 3764/2015 – ANDRÉ ABDON

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir dispositivos que tratam do planejamento e da execução de ações públicas voltadas para a modernização e inovação tecnológica, e para o desenvolvimento e transferência tecnológica.

Relator: Deputado Assis do Couto (PMB-PR).

MATÉRIAS AGUARDANDO EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI - PL

PL 1016/2015 - JÚLIA MARINHO

ALTERA A LEI Nº 5.550, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1968, PARA DEFINIR ATIVIDADES E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ZOOTECNISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DA RELATORA, DEP. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

PL 1176/2015 - ANTONIO BALHMANN

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para disciplinar a prescrição de produtos destinados ao tratamento de culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTA, COM SUBSTITUTIVO.

MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - PDC

PDC 240/2015 - LUIS CARLOS HEINZE

Susta os efeitos da Portaria nº 531, de 5 de outubro de 2015, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que "declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mormaça", a área situada no Município de Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."

RELATORA: DEPUTADA ALEXANDRE SERFIOTIS

PROJETO DE LEI – PL

PL 2325/2007 – ROSE DE FREITAS

Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO LUÍS CARLOS HEINZE

PL 3723/2008 – PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal.

RELATOR: DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO.

PL 49/2015 – CARMEN ZANOTTO

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.

RELATOR: DEPUTADO TEREZA CRISTINA

PL 206/2015 – POMPEO DE MATTOS

Proíbe a fabricação, comercialização e utilização, em todo o Território Nacional, de redes de pesca, com malha inferior a 05 e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO

PL 1670/2015 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional; estabelece sanções administrativas e penais; altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009; e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO DANIEL VILELA

PL 1712/2015 – EVAIR DE MELO

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona.

RELATOR: DEPUTADO SILAS BRASILEIRO

PL 2334/2015 – JOÃO MARCELO SOUZA

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (*Orbignya martiana*) e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO ÁTILA LINS

PL 2957/2015 – ERIKA KOKAY

Altera o art. 15-A, caput, §1º e §2º e o §2º do art. 26, ambos da Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, a fim de regulamentar a incidência de juros compensatórios e correção monetária nos processos de desapropriação.

RELATOR: DEPUTADO ALFREDO KAEFER

PL 3374/2015 – JHC

Permite a compensação de créditos relativos à subvenção econômica extraordinária concedida a produtores independentes de cana-de-açúcar e unidades industriais produtoras de etanol combustível com débitos tributários.

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA

PL 3573/2015 – TEREZA CRISTINA

Altera a Lei no 11.076, de 30 de dezembro de 2004, dispondo sobre a emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA com cláusula de correção monetária com base na variação da taxa cambial, em moeda estrangeira ou denominados em e indexados à moeda estrangeira.

RELATOR: DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

PL 3615/2015 – HELDER SALOMÃO

Inclui dispositivo no art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico na categoria de empresa pública e dá outras providências, para condicionar seus financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas à geração de emprego e renda para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais.

RELATOR: DEPUTADO HEULER CRUVINEL.

PL 3652/2015 – OTAVIO LEITE

Altera a Lei n.º 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS

PL 3660/2015 – CABUÇU BORGES

Altera o art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, acrescentando os incisos VIII e IX, para incluir expressamente a menção o fomento de atividades econômicas no campo vinculadas à cultura e ao turismo e a promoção da formação e da profissionalização de técnicos culturais no campo..

RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO MARINHO

PL 3710/2015 – JHC

Altera dispositivos nas Leis federais nº 12.865/2013 e 12.999/2014 para prorrogar a vigência do pagamento da subvenção de tratam essas Leis.

RELATOR: DEPUTADO NILTON CAPIXABA

PL 3764/2015 – ANDRÉ ABDON

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir dispositivos que tratam do planejamento e da execução de ações públicas voltadas para a modernização e inovação tecnológica, e para o desenvolvimento e transferência tecnológica.

RELATOR: DEPUTADO ASSIS DO COUTO

MATÉRIAS AGUARDANDO RELATÓRIO FINAL

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - PFC

PFC 40/2011 – ABELARDO LUPION

Propõe que a Comissão de Agricultura - com o auxílio do Tribunal de Contas da União - fiscalize o impacto das medidas tomadas pelo Governo para o escoamento da produção agropecuária.

RELATOR: DEPUTADO ONYX LORENZONI

PFC 61/2011 – LUIS CARLOS HEINZE

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País.

RELATOR: DEPUTADO MARCOS MONTES

PFC 28/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR promova a fiscalização dos atos do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que promovem o

desenvolvimento dos assentamentos rurais do Brasil, criando meios para propiciar melhorias e padronizar procedimentos para todos os assentamentos do Brasil.

RELATOR: DEPUTADO VALDIR COLATTO

PFC 39/2015 – SERGIO SOUZA

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificar, nos 10 últimos anos, se o volume de valores arrecadados com a cobrança da taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante-AFRMM a sua aplicação através do Fundo da Marinha Mercante-FMM, atendem o objetivo da legislação pertinente, face a falta da transparência de como os recursos são arrecadados e aplicados..

RELATOR: DEPUTADO MARCOS MONTES

PFC 50/2015 – IRAJÁ ABREU

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Banco Central do Brasil - BACEN, promova a fiscalização dos atos financeiros praticados pelo Banco do Estado da Amazônia - BASA, referente à remuneração cobrada dos proponentes nos financiamentos a título de taxa de avaliação das garantias oferecidas no financiamento; taxa de análise dos projetos de financiamento; taxa de análise para renegociação de financiamentos inadimplentes, comparado ao que preconiza a Resolução nº 4.288, de 22 de novembro de 2013, do Banco Central do Brasil - BACEN.

RELATOR: DEPUTADA TEREZA CRISTINA

PFC 51/2015 – IRAJÁ ABREU

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Tribunal de Contas da União - TCU, promova a fiscalização e suspensão dos atos administrativos praticados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL - Programa Terra Legal, referentes aos processos: 56426.001965/2012-15; 56426.000019/2012-51; 56426.001964/2012-71; 56426.000028/2012-42; 56462.000011/2012-95; 56462.000010/2012-41.

RELATOR: DEPUTADO HEULER CRUVINEL.

MATÉRIAS AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR

PROJETO DE LEI - PL

PL 3833/2015 - SENADO FEDERAL - JOSÉ AGRIPINO

Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para dispor sobre o Projovem Campo Saberes da Terra.

PL 3838/2015 - BETO ROSADO

Altera o art. 9º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, com o objetivo de prorrogar o prazo para liquidação do crédito rural ofertados pelo poder Executivo com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE e do Norte - FNO.

REQUERIMENTOS

APROVADOS E IMPLEMENTADOS

REQ 1/2015 – João Daniel

Solicita a realização de Seminário sobre os impactos socioeconômicos e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais decorrentes da monocultura praticada pelo agronegócio e do uso de agrotóxicos.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 4/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Ilópolis/RS, em data a ser definida, para debater a cadeia produtiva da erva mate, bem como a proposta de isenção do PIS/COFINS para o setor.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 5/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre os efeitos da Portaria 445, de 17 de dezembro de 2014, que proíbe a pesca de 475 espécies de peixes em todo o território nacional.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 6/2015 - ALCEU MOREIRA

Requer que seja convidado o Senhor Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras indígenas no Brasil.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 9/2015 – CELSO MALDANER

Requer a realização de audiência pública para debater e discutir os efeitos da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014 e a INI nº 010 de junho de 2011.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 10/2015 – CELSO MALDANER

Requer a realização de audiência pública para debater e discutir sobre o consumo de leite, ampliação de crédito e financiamento para estocagem de leite.

Aprovado em 11/03/15

REQ 11/2015 – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir questões relativas ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016; e Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/2016.

Aprovado em 11/03/15

REQ 15/2015 – BETO FARO

Requer que seja realizada, nos termos regimentais, reunião de audiência pública desta Comissão com a presença do Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura com o objetivo de debater as novas estratégias do governo federal para esses setores.

Aprovado em 11/03/15

REQ 16/2015 – BETO FARO

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater e propor medidas capazes de contornar as dificuldades econômicas ora enfrentadas pelo Programa de Produção Sustentável do óleo de Palma, criado em 2010 no âmbito do Programa de Produção e Uso do Biodiesel. Na atualidade, vários fatores econômicos internos e externos geram situação de perda de rentabilidade e competitividade pelas empresas que aderiram ao programa, resultando na demissão de trabalhadores, suspensão dos planos de expansão e repercussão depressiva na renda da agricultura familiar, importante fonte supridora da matéria prima, notadamente no Pará que responde por 85% da produção nacional.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 22/2015 – IRAJÁ ABREU

Requer a formação de três (3) Subcomissões Especiais.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 23/2015 – IRAJÁ ABREU

Requer a formação de três (3) Subcomissões Permanentes.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 25/2015 – HEITOR SCHUCH

Requer a realização de Audiência Pública para tratar do emplacamento e licenciamento de máquinas e equipamentos agrícolas.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 26/2015 – ALCEU MOREIRA

Requeremos, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, a aprovação de Moção de Repúdio às recentes invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em empresas públicas e privadas no território brasileiro.

Aprovado em 08/04/15.

REQ 27/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de audiência pública para debater o papel da agricultura orgânica na economia e na saúde da população brasileira.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 28/2015 – ROBERTO BALESTRA

Solicita que sejam convidados a Sra. Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sr. Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, para comparecerem a esta Comissão a fim de prestarem esclarecimentos sobre os atrasos no pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural.

Obs: Reunião realizada com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr^a Kátia Abreu.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 29/2015 – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir questões relativas à retomada das obras de conclusão da Barragem de Berizal, na região Alto Rio Pardo de Minas, em Minas Gerais.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 30/2015 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura para discutir sobre a "A regularização de área quilombola no município de Pai Pedro - MG".

Aprovado em 18/03/15.

REQ 33/2015 – DANIEL VILELA

Solicita seja convidada a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. KÁTIA ABREU, a fim de apresentar e prestar esclarecimentos sobre o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2015/2016.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 34/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDIC, e Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - CAPADR destinada a discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 35/2015 – EVAIR DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 312, de 2015 que "Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências".

Aprovado em 31/03/15

REQ 37/2015 – HEULER CRUVINEL

Requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a 14ª edição da grande feira de tecnologia rural do Centro-Oeste brasileiro - TECNOSHOW COMIGO 2015, no município de Rio Verde (GO).

Aprovado em 31/03/15.

REQ 38/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Município de Londrina PR.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 39/2015 – LUIZ CLÁUDIO

Requer nos termos regimentais convidar a Ministra de Meio Ambiente, Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira para prestar esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sobre a atual situação do Cadastro Ambiental Rural.

Aprovado em 31/03/2015.

REQ 40/2015 – TEREZA CRISTINA

Solicita realização de Audiência Pública com a participação do Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 43/2015 – VALDIR COLATTO

Requer a realização de encontro no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Chapecó, para debater e discutir sobre o Projeto de Lei 6.459/2013.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 44/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer que seja convidada a Senhora Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras quilombolas no Brasil.

Aprovado em 15/04/2015.

REQ 45/2015 – JOÃO DANIEL

Solicita a realização de Audiência Pública para debater os impactos socioeconômicos e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais decorrentes da monocultura praticada pelo agronegócio e do uso de agrotóxicos.

Aprovado em 15/04/15.

REQ 46/2015 – KAIO MANIÇOBA

Requer que sejam convidados o Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da CODEVASF e o Sr. Antônio Varejão de Godoy, Presidente da CHESF, para esclarecer os problemas que envolvem o constante corte de energia elétrica dos produtores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica..

Aprovado em 15/04/15.

REQ 47/2015 – BETO FARO

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, que seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater os resultados socioeconômicos e de gestão da execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, em especial, nas áreas rurais dessa região.

Aprovado em 15/04/15.

REQ 50/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para discutir a conjuntura nacional relacionada à cabotagem (marítima, fluvial e lacustre).

Aprovado em 15/04/15.

REQ 52/2015 – JOÃO DANIEL

Solicito que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em conjunto com a CMADS, os representantes dos seguintes órgãos públicos: Fundação Nacional de Saúde, FIOCRUZ, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para debatermos a situação do Saneamento Ambiental Rural em especial os setores de água e esgoto.

Aprovado em 15/04/15.

REQ 53/2015 – IRAJÁ ABREU

Requer a realização de audiência pública para tratar dos Fundos Constitucionais.

Aprovado em 22/04/15.

REQ 57/2015 – EVANDRO ROGÉRIO ROMAN

Requer a realização de Encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Município de Cacavel/PR.

Aprovado em 22/04/2015.

REQ 58/2015 – ROBERTO BALESTRA

Solicita informações à Sra. Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Sr. Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, e ao Sr. Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o atraso na aprovação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para a safra de inverno deste ano.

Aprovado em 22/04/15.

REQ 61/2015 – HÉLIO LEITE

Solicita a realização de audiência pública para discutir as dificuldades e dúvidas quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Aprovado em 29/04/15.

REQ 62/2015 – SÉRGIO MORAES

Requer a realização de encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na cidade de Porto Alegre/RS, para debater a política de preços e comercialização de tabaco no Rio Grande do Sul.

Aprovado em 29/04/15.

REQ 66/15 – Nilson Leitão

Solicita realização de Mesa Redonda nos estados do Mato Grosso - Cuiabá e Mato Grosso do Sul - Campo Grande, para debater o PL 3814, de 2012 - que altera a lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para controlar, na Bacia do Pantanal, as atividades de pesca profissional.

Aprovado em 29/04/2015.

REQ 67/2015 – EVAIR DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.587, de 2011 que "Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006".

Aprovado em 29/04/2015.

REQ 70/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR e da Comissão de Educação, com o objetivo de conhecer a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância e debater o "Estado da Arte do Movimento CEFFAS no Brasil".

Aprovado em 06/05/15.

REQ 70/2015 – ZÉ CARLOS

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR e da Comissão de Educação, com o objetivo de conhecer a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância e debater o "Estado da Arte do Movimento CEFFAS no Brasil".

Aprovado em 06/05/15.

REQ 71/2015 – ASSIS DO COUTO

Requer a realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de reunião de audiência pública para debater a respeito de programas de incentivo na área agropecuária mantidos pelo BNDES e seus reflexos na agricultura familiar.

Aprovado em 06/05/15.

REQ 72/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer o envio de indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento propondo a criação de um programa de irrigação nas regiões afetadas por estiagens, em estados brasileiros.

Aprovado em 06/05/2015.

REQ 74/2015 – EVAIR DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater a Importação de Café Verde.

Aprovado em 13/05/2015.

REQ 75/2015 – ZECA DO PT

Solicita a realização de Seminário para debater os impactos socioeconômicos e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais decorrentes da monocultura praticada pelo agronegócio e do uso de agrotóxicos.

Aprovado em 13/05/2015.

REQ 76/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural- CAPADR aprecie o plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Assunto Fundiários e Agricultura Familiar.

Aprovado em 13/05/15.

REQ 82/2015 – CÉSAR HALUM

Requer que seja convidado o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para esclarecer sobre as circunstâncias da divulgação de informações que trata a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

Aprovado em 27/05/15.

REQ 84/2015 – BOHN GASS

Requer a realização de dois encontros no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Teutônia* e Santa Rosa para debater o PL 6459/2013.

*Encontro realizado em 29 de junho de 2015.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 85/2015 – BOHN GASS

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater o PL 6459/2013.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 86/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o aumento no preço dos fertilizantes minerais.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 87/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para discutir os projetos de leis 827/2015 e 2.325/2007, e seus apensados, que propõem modificações na Lei de Proteção de Cultivares.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 88/2015 – MARCON

Solicita a realização de Seminário sobre a realidade e as consequências do uso de agrotóxicos no Brasil.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 90/2015 – ALCEU MOREIRA

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Feliz/RS, no próximo dia 19 de junho, para debater a regulamentação da produção de cervejas artesanais e o Projeto de Lei de número 5.191, de 2013.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 91/2015 – SÉRGIO SOUZA

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Aprovado em 10/06/15.

REQ 93/2015 – SÉRGIO SOUZA

Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre os recursos dispendidos com o Programa de Reforma Agrária no Brasil.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 95/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para avaliar o incremento de preços dos defensivos agrícolas.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 98/15 – ZÉ CARLOS

Requer a alteração de data e do tema a ser debatido em Audiência Pública que será realizada conjuntamente pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR e pela Comissão de Educação - CE, bem como a expedição de convites ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, a um representante da UAEFAMA e um representante da Escola Dom Fragozo (CE) para comparecerem à referida Audiência Pública na condição de palestrantes.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 99/2015 – HEITOR SCHUCH

Requer a realização de uma Audiência Pública com a participação de representantes do MAPA, MDA, SDR/RS, SEAPA/RS, ASGAV/RS, FAMURS, CNM, CONTAG, CNA, FETAG, FETAESC, CAPC/RS, CAPC/SC, ABEF e UBABEF.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 106/2015 – HÉLIO LEITE

Solicita a realização de mesa redonda, no Estado do Pará, para discutir a regulação e comercialização dos produtos da agricultura familiar voltados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 107/15 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer o envio de indicação aos excelentíssimos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, em que ressalta a preocupação

dos parlamentares, membros deste colegiado, com o crescimento das importações de produtos lácteos e pede providências.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 108/15 – SÉRGIO SOUZA

Requer sejam convidados a participar de Audiências Públicas da subcomissão Permanente de Assuntos Fundiários e Agricultura Familiar representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e do Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 109/2015 – HEITOR SCHUCH

Requer a realização de Audiência Pública, com a participação do Ministério das Minas e Energia, ANEEL, Eletrobrás, CONTAG, CNA, OCB, CEEE, RGE, Fecoergs, Certel, Celetro, Coprel, AES-SUL, Assembleia Legislativa do RS e AGERS/RS.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 111/2015 – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada, nesta Comissão, Audiência Pública para discutir as falhas apontadas pelo Tribunal de Contas da União nos programas Proagro e Zarc.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 113/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer a realização de Audiência Pública, com o convite à senhora ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, para tratar dos critérios adotados pela Conab, para fixação do preço mínimo do arroz.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 114/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer a realização de Audiência Pública para tratar dos critérios adotados pela Conab, para fixação do preço mínimo do arroz.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 116/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, no próximo dia 04 de agosto, para debater o déficit da balança comercial de lácteos registrado no primeiro semestre de 2015 e medidas de incentivo às exportações de lácteos.

Aprovado em 01/07/15.

REQ 118/2015 – LUIZ CLÁUDIO

Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades Ministério da Agricultura, EMBRAPA, SEBRAE, APEX, CNC, BSCA, ABIC e ABICS, para realização de audiência pública nessa Comissão objetivando a discussão do PL 1.713/2015 que "Institui a Política Nacional de Incentivo à produção de Café de Qualidade".

Aprovado em 01/07/15.

REQ 120/2015 – CARLOS MARUN

Requer a realização de diligências a fazendas e terras indígenas Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Aprovado em 01/07/2015.

REQ 121/2015 – TEREZA CRISTINA

Requerimento para que seja convidado o Senhor Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRÁS, a fim de prestar esclarecimentos sobre a política de preços e demais fatores que inviabilizaram a competitividade e afetaram a produção do Etanol no Brasil.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 122/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer seja convidada a Senhora Magda Chambriard, Diretora Geral da ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis, a fim de prestar esclarecimentos sobre a política de preços e demais fatores que inviabilizaram a competitividade, afetando profundamente a produção do Etanol no Brasil.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 123/2015 – LUIZ CARLOS HEINZE

Requer a complementação de convidados que irão participar da audiência pública que propõe o requerimento 87/2015.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 125/2015 – LUIZ CARLOS HEINZE

Requer que sejam convidados o senhor Patrus Ananias - ministro do Desenvolvimento Agrário - a senhora Maria Lúcia de Oliveira Falcón - presidente do INCRA, e o senhor Gercino José da Silva Filho - ouvidor Agrário Nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, para debater sobre as reiteradas invasões de terras ocorridas nos arredores do Distrito Federal, principalmente nos municípios de São João da Aliança, Água Fria de Goiás, Alto Paraíso, Niquelândia e Planaltina de Goiás.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 127/2015 – ALBERTO FRAGA

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para debater sobre a atividade de zootecnia.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 131/2015 – AFONSO HAMM

Requer a realização de Audiência Pública durante a 39ª Expointer, em Esteio, no Rio Grande do Sul, para debater sobre o Projeto de Lei 6999/2013, de autoria do deputado federal Afonso Hamm, que trata do crime de abigeato (furto de animais), o abate e comércio de carne clandestina e outros alimentos sem procedência legal.

Aprovado em 15/07/2015.

REQ 133/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário para discutir a produção da bacia leiteira do Alto Sertão Sergipano.

Aprovado em 15/07/2015.

REQ 135/2015 – LUIS CARLOS HEINZE

Requer a realização de encontro conjunto das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 4 de setembro, durante a Expointer 2015, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 05/08/2015.

REQ 138/2015 – LUIS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o acesso ao crédito rural.

Aprovado em 12/08/2015.

REQ 145/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer a realização de Audiência Pública para que o Excelentíssimo Ministro da Justiça, Senhor JOSÉ EDUARDO CARDOSO, faça uma explanação sobre os conflitos indígenas que vem ocorrendo em todos Estados, e as ações que Governo Federal em tomado para dar segurança jurídica aos produtores e nações indígenas.

Aprovado em 26/08/2015.

REQ 146/2015 – HEULER CRUVINEL

Se digne a adotar as providências necessárias para a inclusão do Senhor Julio Otavio Jardim Barcelos, representante do CFMV, entre os convidados aprovados no Requerimento de Audiência Pública nº 127/2015, de minha do Deputado Fraga, para falar sobre o Projeto de Lei 1016/2015.

Aprovado em 26/08/2015.

REQ 147/2015 – CELSO MALDANER

Requer a inclusão de convidado na audiência pública do dia 04 de agosto de 2015, nesta Comissão.
Aprovado em 26/08/15.

REQ 148/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer que o Ministro da Fazenda, Senhor Joaquim Levy, preste informações sobre o patrocínio e outras despesas efetuadas pela Caixa Econômica Federal - CEF para com o evento intitulado "Marcha das Margaridas".
Aprovado em 26/08/15.

REQ 149/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer que o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Armando Monteiro Neto, preste informações sobre o patrocínio e outras despesas efetuadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para com o evento intitulado "Marcha das Margaridas".
Aprovado em 26/08/2015.

REQ 150/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater temas relacionados à cadeia produtiva da maçã.
Aprovado em 26/08/2015.

REQ 151/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer que o Ministro de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga, preste informações sobre o patrocínio e outras despesas efetuadas pela Itaipu Binacional para com o evento intitulado "Marcha das Margaridas".
Aprovado em 26/08/2015.

REQ 153/2015 – NILSON LEITÃO

Solicita seja convocado o Excelentíssimo Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos dos graves fatos noticiados na mídia acerca do desvio de dinheiro público de ONG ligada ao MST.
Aprovado em 09/09/2015.

REQ 154/2015 – ALFREDO KAEFER

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debaterem sobre consequência e medidas sobre o destino das Fazendas invadidas no Estado do Paraná.
Aprovado em 02/09/2015.

REQ 156/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de seminário para debater a situação da citricultura e as medidas para sanar os problemas no Estado de Sergipe.

Aprovado em 09/09/2015

REQ 158/2015 – DANIEL VILELA, LUÍS CARLOS HEINZE E CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o PL 1.465/2015 que cria incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal ou desassoreamento de rios, córregos, cursos de água ou nascentes.

Aprovado em 16/09/2015.

REQ 159/2015 – SUBTENENTE GONZAGA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o PL 1.465/2015 que cria incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal ou desassoreamento de rios, córregos, cursos de água ou nascentes.

Aprovado em 16/09/2015.

REQ 160/2015 – ELCIONE BARBALHO

Requer a INCLUSÃO de mais dois debatedores quando da realização de Audiência Pública para discutir e debater o PL. nº 1016/2015.

Aprovado em 16/09/2015.

REQ 164/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater a possibilidade de aproveitamento de colostro para fins de alimentação humana.

Aprovado em 30/09/2015.

REQ 165/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater a importância da exploração do potássio para a agricultura brasileira.

Aprovado em 30/09/2015.

REQ 167/2015 – LUIZ NISHIMORI

Requer a realização de audiência pública com os obtentores e multiplicadores de sementes para debater sobre o alto custo das sementes de milho, soja e outros cultivares.

Aprovado em 30/09/2015.

REQ 169/2015 – ALBERTO FRAGA

Requer complementação ao Requerimento de nº 125/2015, já aprovado no âmbito da Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 170/2015 – MARCOS MONTES

Requer a indicação do nome do ex-deputado Rubens Moreira Mendes para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 07/10/15.

REQ 171/2015 – NILSON LEITÃO

Requer a indicação da Associação dos Produtores de Soja do Brasil - Aprosoja Brasil para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 07/10/15.

REQ 172/2015 – IRAJÁ ABREU

Requer a indicação da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 173/2015 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir a situação da BR 367 nos trechos: Ijicatu a Virgem da Lapa; Salto da Divisa - Jacinto - Almenara; Minas Novas - Virgem da Lapa, no Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 174/2015 – ADILTON SACHETTI

Requer a indicação do nome do Sr. Carlos Ernesto Augustin para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 175/2015 – SILAS BRASILEIRO

Solicita realização de audiência pública objetivando ampliar a discussão sobre o PL n.º 1.655/2015 que "Autoriza a destinação de parte dos recursos do Funcafé para a participação em fundo garantidor de risco de crédito para cafeicultores e suas cooperativas".

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 176/2015 – IRAJÁ ABREU

Requer a indicação do nome do ex-deputado Sr. Abelardo Luiz Lupion Mello para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 177/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a indicação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 21/10/2015

REQ 178/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a indicação da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 180/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a indicação da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA para receber o "Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira", no ano de 2015.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 182/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer a inclusão de convidado para a Audiência Pública que debaterá o Projeto de Lei 1016/16.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 183/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 184/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer a inclusão de convidado para a Audiência Pública que debaterá o Projeto de Lei 1016/16.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 185/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer a complementação de convidados que participarão da audiência pública que propõe o requerimento 127/2015.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 186/2015 – NEWTON CARDOSO JR

Requer a inclusão, na pauta da reunião ordinária de audiência pública do dia 22/10/2015, os convidados da Associação Brasileira dos Criadores de Zebú - ABCZ e da Sociedade Brasileira de Zootecnia.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 187/2015 – SILAS BRASILEIRO

Solicita realização de audiência pública para discutir os impactos da broca do cafeeiro na cadeia do Café.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 188/2015 – LUCIANO DUCCI

Requer a inclusão da Federação Nacional dos Médicos Veterinários no rol de convidados para audiência pública.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 189/2015 – EVANDRO ROMAN

Requer a inclusão dos convidados abaixo relacionados, para serem ouvidos na Audiência Pública, já aprovada pelo Requerimento 127/2015, para contribuir na discussão do Projeto de Lei nº 1.016/2015, que define as atribuições do profissional de zootecnia.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 190/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário em Aracaju para debater a dívida agrícola dos agricultores do Estado de Sergipe.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 191/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a inclusão de convidados para a Audiência Pública que debater á Proposta em Consulta Pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de n.º 94/2015.

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 192/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Carlos Barbosa/RS, no próximo dia 20 de novembro, para debater a delimitação de APPs nas áreas urbanas e suas particularidades.

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 193/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Carlos Barbosa/RS, no próximo dia 20 de novembro, para debater a delimitação de APPs nas áreas urbanas e suas particularidades.

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 194/2015 – MARCON

Solicita a realização de Audiência Pública para discutir a possibilidade de isenção do pagamento das contas de energia elétrica e de água, por parte daqueles que foram atingidos pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 196/2015 – RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Requer a realização de Audiência Pública objetivando debater as propostas de reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e definir as ações estratégicas, na gestão dos recursos hídricos e na nova visão de convivência com o semiárido nordestino.

Aprovado em 04/11/2015.

REQ 197/2015 – CARLOS MELLES

Requer a inclusão de convidados para a Audiência Pública que será discutido o PL 1.655/2015 que "Autoriza a destinação de parte dos recursos do Funcafé para a participação em fundo garantidor de risco de crédito para cafeicultura e suas cooperativas.

Aprovado em 04/11/2015.

REQ 198/2015 – VALDIR COLATTO

Requer a realização de seminários, mesas redondas e simpósios na cidade de Abelardo Luz/SC na PFC 28, de 2015, que "Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR promova a fiscalização dos atos do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que promovem o desenvolvimento dos assentamentos rurais do Brasil, criando meios para propiciar melhorias e padronizar procedimentos para todos os assentamentos do Brasil.

Aprovado em 04/11/2015.

REQ 206/2015 – AFONSO HAMM

Requer a realização de audiência pública para discutir sobre a Enologia e a Viticultura, sobre a tributação para vinhos e espumantes, a inclusão no Supersimples, bem como acerca do PL 5965/2013, de autoria do deputado Edinho Bez, que, "Institui a Cesta Básica Nacional e define os produtos que a compõem".

Aprovado em 11/11/2015.

REQ 207/2015 – SILAS BRASILEIRO

Solicita realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS, visando a ampliação do debate sobre os principais aspectos do Projeto de Lei n.º 3.082/2015, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Produção de Frutas in Natura e de Produção de Derivados.

Aprovado em 18/11/2015.

REQ 215/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de mesa técnica e ou oficina técnica, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater a importância da exploração do potássio para a agricultura brasileira.

Aprovado em 09/12/2015.

REQ 216/2015 – JOÃO DANIEL

Requer o envio de Indicação, que sugere a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, ALTERAR A LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013 que "Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nos 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA" dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências" PARA BENEFICIAR OS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES.

Aprovado em 09/12/2015.

APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS

REQ 2/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de audiência pública para debater a Síndrome do Colapso das Abelhas.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 3/2015 - ALCEU MOREIRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Rio Pardo/RS junto a EXPOAGRO AFUBRA 2015, no dia 26 de março, para debater as Resoluções 429 e 434 do CONTRAN que tratam do emplacamento de máquinas agrícolas.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 12/2015 - ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Uberlândia-MG, durante a FEMEC, para discutir questões relativas à seca e endividamento rural por perda na lavoura, e, condições para contratação do seguro agrícola.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 20/2015 - LUIS CARLOS HEINZE

Requer a realização de Seminário desta Comissão durante a Expodireto Cotrijal 2015, no município de Não Me Toque, estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 11/03/15.

REQ 24/2015 - HEITOR SCHUCH

Requer a realização de Audiência Pública, no Estado do RS, com a participação da Diretora Geral da FETAG, STR""s do Rio Grande do Sul, FARSUL, FECOAGRO, OCERGS, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, SINDILAT, APIL, FAMURS, MAPA, FETRAF e CONTAG.

Aprovado em 18/03/15.

REQ 31/2015 - JOÃO DANIEL

Requeremos, nos termos regimentais, a aprovação de Moção Repúdio a permanente violência perpetrada pelo latifúndio e o agronegócio contra o povo brasileiro, notadamente contra os pequenos agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e lideranças religiosas.

Rejeitado em 15/04/15.

REQ 36/2015 - SÉRGIO MORAES

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater a política de preços e comercialização do tabaco no Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 42/2015 – CELSO MALDANER

Requer a realização de encontro no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Chapecó, para debater e discutir sobre o Projeto de Lei 6.459/2013.

Aprovado em 31/03/15.

REQ 48/2015 – NELSON MARQUEZELLI

Requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a AGRISHOW 2015, 22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação no município de Ribeirão Preto (SP), no período de 27 de abril a 1º de maio de 2015.

Aprovado em 15/04/15.

REQ 51/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer que seja realizado encontro desta Comissão em Campo Grande - MS, com o objetivo de analisar e debater a conjuntura do Agronegócio e da pecuária no País.

Aprovado em 15/04/15.

REQ 54/2015 – ALEXANDRE BALDY

Requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a Exposição Agropecuária de Goiás no período de 08/05 a 29/05 de 2015.

Aprovado em 22/04/15.

REQ 55/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário Internacional para debater o papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional a ser realizado no Estado de Sergipe.

Aprovado em 22/04/15.

REQ 56/2015 – WILSON FILHO

Requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realize Seminário em João Pessoa, na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Aprovado em 22/04/15.

REQ 63/2015 – ZÉ SILVA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada a "Semana da Pesquisa, Inovação e Extensão Rural", visando expor as tecnologias aplicadas à sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Aprovado em 29/04/2015.

REQ 64/2015 – ZÉ SILVA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública com finalidade de discutir a Integração da Pesquisa e Extensão Rural.

Aprovado em 29/04/2015.

REQ 65/2015 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública com os convidados elencados a seguir para discutir o baixo nível de execução orçamentária na área da agricultura.

Aprovado em 29/04/2015.

REQ 73/2015 – EVAIR DE MELO

Requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a GranExpoES 2015 - 39ª Exposição Estadual Agropecuária do Estado do Espírito Santo-Serra-ES, no dia 28 de agosto de 2015.

Aprovado em 13/05/2015.

REQ 78/2015 – BETO FARO

Nos termos regimentais, requeremos o convite à Senhora Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que participe de reunião de audiência pública desta Comissão com o objetivo de expor e discutir o Plano Nacional de Defesa Agropecuária - PDA, recentemente lançado pelo governo federal.

Aprovado em 13/05/2015.

REQ 80/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos senhores/as: Wanderley Pignati - Doutor, pesquisador e professor UFMT, Luiz Cláudio Meirelles e Karen Friedrich - Fiocruz, Leonardo Melgarejo - agrônomo, Associação Brasileira de Agroecologia, Maria Cristina Bustamante- MAPA, Márcia Sarpa de Campos Mello - Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), Marciano Toledo Silva - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 81/2015 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o Projeto de Lei nº 293, de 2015, que dispõe sobre a criação de um sistema nacional de monitoramento e controle de agrotóxicos ou defensivos agrícolas.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 83/2015 – EVAIR DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater a Importação de Café Verde, inclusão de Entidades.

Aprovado em 27/05/2015.

REQ 89/2015 – EVAIR DE MELO

Requer que seja realizada audiência pública para discutir a política cacaueteira e reestruturação da CEPLAC.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 92/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO

Solicita a realização de Seminário para debater os impactos socioeconômicos e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais decorrentes do uso de agrotóxicos na Assembleia Legislativa da Bahia.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 96/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o aumento no preço das colheitadeiras, tratores e implementos agrícolas.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 97/2015 – CÉSAR HALUM

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 6.362, de 2013, que dispõe sobre a isenção de cobrança de tarifa de energia elétrica para poços artesianos.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 100/2015 – ROCHA

Solicita a realização de Encontro, no município de Sena Madureira, no Estado do Acre, com a participação de Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Estado do Acre; do Secretário Estadual do Meio Ambiente - SEMA/AC; de Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no Estado do Acre; e de 2 (dois) Representantes, escolhidos pelo conjunto dos Assentados do INCRA nos municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, para debaterem com esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sobre o descumprimento do Decreto de 19 de Setembro de 2002, que criou a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, na instituição do Cadastro Ambiental Rural - CAR, no Estado.

Aprovado em 24/06/2015.

REQ 102/2015 – NEWTON CARDOSO JR

Requer Audiência Pública, com finalidade de discutir a "Renegociação das dívidas dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil, em virtude da frustração da safra".

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 104/2015 – NEWTON CARDOSO JR

Solicita realização de Audiência Pública para discutir o "surto de mormo" que assola algumas regiões do Brasil.

Aprovado em 10/06/2015.

REQ 112/2015 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

Requer a realização de seminário no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de debater o PL 5191/13.

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 117/2015 – BOHN GASS

Requer a realização de Audiência Pública na CAPADR para apresentação dos estudos de "Avaliação dos impactos na saúde e sua valoração devido à implementação progressiva do componente biodiesel na mistura da matriz energética (diesel) de transporte".

Aprovado em 01/07/2015.

REQ 119/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer inclusão imediata de Requerimento que "Requer a instituição de comissão externa para visita a acampamentos e terras indígenas Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul".

Aprovado em 01/07/2015.

REQ 124/2015 – LUIZ CARLOS HEINZE

Requer que sejam convidadas as senhoras Izabella Mônica Vieira Teixeira - ministra de Estado do Meio Ambiente - Kátia Abreu - ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - e o senhor Arthur Chioro - ministro de Estado da Saúde - para, esclarecer sobre o procedimento de reavaliação toxicológica de alguns ingredientes ativos de defensivos agrícolas.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 128/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o projeto de lei - PL - 334/15, que "altera o art. 4º da Lei nº 1283 de 18 de dezembro de 1.950, regulamentado pelo decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências".

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 129/2015 – VALDIR COLATTO

Requer que sejam convidados a Sr^a. Kátia Abreu Ministra do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA, e do Sr. Ivo Bucaresky Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, para esclarecer sobre as circunstâncias da divulgação de informações que estavam sobre sigilo industrial.

Aprovado em 08/07/2015.

REQ 130/2015 – CELSO MALDANER

Requer a realização de audiência pública para debater e discutir sobre a falta de infraestrutura nas BRs 282, 158 e 163, e as dificuldades de tráfego dos caminhoneiros.

Aprovado em 15/07/2015

REQ 132/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário para discutir o processo de regularização fundiária rural no Brasil, com foco no Estado de Sergipe.

Aprovado em 15/07/2015

REQ 134/2015 – LUIZ CLÁUDIO

Requer nos termos regimentais a realização de Mesa Redonda no estado de Rondônia objetivando a discussão do PL 1.713/2015 que "Institui a Política Nacional de Incentivo à produção de Café de Qualidade.

Aprovado em 15/07/2015

REQ 136/2015 – TEREZA CRISTINA

Solicita a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar esclarecimentos sobre a execução do Programa Luz para Todos.

Aprovado em 19/08/2015.

REQ 137/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater a entrada em vigor dos medicamentos genéricos veterinários no Brasil.

Aprovado em 12/08/2015.

REQ 140/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer, nos termos do art. 255, do Regimento Interno, realização de Audiência Pública para discutir com o IBAMA a situação das multas aplicadas pela instituição.

Aprovado em 12/08/2015.

REQ 141/2015 – TEREZA CRISTINA

Requer a realização de Audiência Pública para debater a pirataria de sementes de soja.

Aprovado em 19/08/2015.

REQ 142/2015 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário, na Câmara de Vereadores do município de PROPRIÁ, no Estado de Sergipe, para discutir os problemas da região relacionados aos perímetros irrigados, infraestrutura e aos serviços de água e saneamento.

Aprovado em 19/08/2015.

REQ 144/2015 – ALCEU MOREIRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública desta Comissão, para debater a regulamentação da produção de cervejas artesanais e o Projeto de Lei de número 5.191, de 2013.

Aprovado em 26/08/2015.

REQ 152/2015 – AFONSO HAMM

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da atual situação do mormo no Brasil, tendo em vista as diversas ocorrências de animais contaminados.

Aprovado em 26/08/2015.

REQ 155/2015 – SILAS BRASILEIRO

Solicita realização de audiência pública objetivando a discussão do processo administrativo de indenização do cancro cítrico, em trâmite no âmbito do MAPA.

Aprovado em 02/09/2015

REQ 157/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para debater a instituição do dia nacional do produtor de soja.

Aprovado em 09/09/2015

REQ 161/2015 – LUIS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater a elevada carga tributária incidente sobre o setor rural brasileiro.

Aprovado em 16/09/2015.

REQ 162/2015 – HEITOR SCHUCH

Requer a realização de uma Audiência Pública com a participação de representantes do MD, MRE, AGU, CNA, CONTAG, OAB, CNBB, MST e ABRA.

Aprovado em 23/09/2015.

REQ 163/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário em Palmas/TO, com o objetivo de discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA.

Aprovado em 23/09/2015.

REQ 166/2015 – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir a atual política do trigo e propor medidas para o seu aperfeiçoamento, visando recuperar a renda e o emprego no período de inverno por meio do crescimento da rentabilidade, da produção e da produtividade.

Aprovado em 30/09/2015.

REQ 168/2015 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o Projeto de Lei nº 2404, de 2015, que dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.

Aprovado em 07/10/2015.

REQ 199/2015 – HEITOR SCHUCH

Solicita a realização de audiência para tratar do tema: "Incentivo à produção de alimentos orgânicos no Brasil".

Aprovado em 11/11/2015.

REQ 200/2015 – CELSO MALDANER

Requer a realização de audiência pública para tratar sobre as novas diretrizes para a reestruturação do Programa Brasileiro de Inspeção Animal - SISBI-POA.

Aprovado em 11/11/2015.

REQ 201/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Solicito seja convocado o Sr. Ministro da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos sobre ações relativas à paralisação dos caminhoneiros.

Aprovado em 12/11/2015.

REQ 202/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Solicito seja convocado o Sr. Ministro da Casa Civil, a fim de prestar esclarecimentos sobre ações relativas à paralisação dos caminhoneiros

Aprovado em 18/11/2015.

REQ 203/2015 – VALMIR ASSUNÇÃO

Solicita a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação para discutir sobre programas de desenvolvimento e promoção das commodities, conhecido como check-off.

Aprovado em 18/11/2015.

REQ 208/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer a convocação do senhor Joaquim Levy, ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o corte de recursos orçamentários para o Seguro Rural.

Aprovado em 09/12/2015.

REQ 209/2015 – HEITOR SCHUCH

Solicita a realização de um encontro no estado do Rio Grande do Sul para tratar do PL 7948/2014 do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS que "Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor e meliponicultor e dá outras providências".

Aprovado em 18/11/2015.

REQ 212/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater a metodologia da ANEEL para revisão tarifária periódica das cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Aprovado em 02/12/2015.

REQ 213/2015 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater a decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ - referente a devolução de juros cobrados a mais durante o Plano Collor.

Aprovado em 02/12/2015.

REQ 214/2015 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para tratar sobre o Guia Alimentar para a população brasileira.

Aprovado em 09/12/2015.

EXPEDIENTE

Produção Editorial

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Impressão e Acabamento

Gráfica

Redação

Agência Câmara (com modificações)

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

CAPADR - Nayara Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação

CAPADR - Amanda Bernardes

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

CAPADR - Nayara Oliveira

Fotografias:

Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Gabinetes dos deputados membros da CAPADR

